

Índigenas em conflito com a lei: artigo traz um diagnóstico da presença destas populações no sistema carcerário

Páginas 6 e 7

Morre em Manaus o jornalista do Cimi Regional Norte I e do Porantim, J. Rosha

Páginas 14 e 15

PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLII • Nº 430 • Brasília-DF • Novembro 2020



Vai ter índio na política

Conforme levantamento de organizações, foram eleitos 234 representantes de povos indígenas para os cargos de vereador, vice-prefeito e prefeito; 28% a mais do que na eleição municipal anterior. Pragmatismo e mais organização nacional pavimentam marca histórica

Páginas 2, 8, 9, 10 e 11

O Coringa, a pólvora e os maricas: sinais de esgotamento do bolsonarismo

Por **Roberto Antonio Liebgott**, do Cimi Regional Sul

A capa da “Revista Isto É”, publicada no final de semana das eleições, entre 13 e 15 de novembro, vestiu Bolsonaro de Coringa misturando as duas figuras psicopáticas - sendo um personagem de ficção das histórias de quadrinhos da DC e dos filmes do Batman; o outro, presidente do que já foi uma das maiores economias do mundo.

O Coringa representa a imagem de uma pessoa excluída, insana e movida pela maldade. Ao associar Bolsonaro ao ‘Joker’, a revista quis passar a imagem de um presidente inconsequente, irresponsável e insano. Uma boa escolha?

Não sei se seria a melhor combinação de imagens - a do Coringa com Bolsonaro - para representar a situação política do governo, uma vez que o personagem da ficção é, acima de qualquer coisa, arte, estética e expressa uma maldade combinada com esperteza.

Bolsonaro, ao contrário, é real e vinculou-se à antipolítica, à destruição dos bens públicos, à promoção de milícias urbanas e rurais, governa para as elites, que nos quadrinhos representam uma das causas de revolta no Coringa, e ao fundamentalismo de caráter religioso. Conduz o país no rumo de uma certa imbecilidade social e cultural.

De todo modo, a capa da revista apresenta também a mudança de relação das elites e da direita com o governo, demonstrando que nem elas mais suportam esse ser abjeto e que tornou o Brasil, na visão de fora para dentro, um país comandado por incompetentes lunáticos.

Os militares, ao que parece, também resolveram dar um recadinho e mandaram o presidente fechar a boca, porque governo, segundo a mensagem, muda a cada quatro anos, mas eles permanecem; são parte do Estado.

Devemos ler esses fatos, da mídia e da política, a partir da simbologia que eles representam. Nesse caso, e ao que parece, a mensagem, não a dos “comunistas”, mas a dos grupos políticos, econômicos e sociais que elegeram e sustentam Bolsonaro, parece bem objetiva: a paciência tem limites e as falas da pólvora contra os Estados Unidos de Joe Biden e o “país de maricas” transbordaram o copo que estava quase cheio d’água.

As elites estão se dando conta de que o governo delas promoveu o isolamento político e econômico do país e o conduziu para dentro de um túnel com atoleiros e sem saída. Até o agronegócio já percebeu que a postura do presidente é péssima ao setor. O Brasil, nesta semana pós-primeiro turno das eleições municipais, deixou o grupo das dez maiores economias mundiais.

O barco faz água em meio a uma tempestade. Porque não basta a pandemia, o desastre como presidente e a economia em frangalhos. Agora, a partir da eleição do Biden, esses setores ligaram o sinal de alerta, porque sabem que, sem os EUA, a economia irá naufragar e o sistema financeiro buscará se salvar sacrificando quem for necessário.

As elites, e os partidos do Centrão, têm consciência de que lá na frente haverá tão somente uma parede intransponível e no caminho de volta há o atoleiro. Ou seja, deram-se conta de que agora devem regressar ao país que havia antes do Bolsonaro.

Os resultados das eleições municipais sinalizam, mais do que nunca, para o fortalecimento dos partidos de direita - puxados pelo Centrão - e uma certa retomada das pautas políticas dos partidos mais progressistas.

De todo modo, neste contexto de sim-bologias, metáforas e gestos políticos, é preciso atenção, análise e observação para saber como as elites reagirão com e

contra o governo. Não é de estranhar, no próximo ano, se um daqueles pedidos de afastamento de Bolsonaro, dentre os mais de 30, venha a ser posto em discussão na Câmara do Deputados.

Bolsonaro está com uma faca no pescoço e finge não perceber: ou se adapta ao Centrão, aos interesses do grande capital e busque saídas com os seus aliados, respeitando as instituições e abandonando a retórica lunática e violenta, ou morrerá sozinho como aconteceu com Trump, que hoje se tornou um lunático de internet falando sobre fraude eleitoral e ridicularizado em todo o mundo.

Uma boa parte da população está torcendo por essa possibilidade. As eleições municipais rejeitaram o bolsonarismo e deixaram o governo ainda mais isolado politicamente. Os sinais do fim da era do populismo de extrema direita já são intensos e expressivos. No tabuleiro, os liberais já se movimentam com o apoio da mídia hegemônica que trabalha a falsa ideia de dois extremismos: o bolsonarismo e a esquerda. Por sua vez, a esquerda dá sinais de retorno à base com pautas concretas trabalhadas pela escuta e não pelo messianismo salvacionista.

A capa da “Isto É”, em síntese, reproduz o sentimento do sistema financeiro, dos grandes grupos econômicos e dos partidos que aderem.

O Coringa, a pólvora e os maricas parecem metáforas do esgotamento.

Porantinadas

Bolsonaro admite saída de madeira ilegal

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) disse, na abertura de seu discurso na Cúpula Virtual do BRICS, conforme matéria do UOL, que divulgará uma lista de países que importam madeira ilegal do Brasil. Sem citar nomes, ele disse que alguns deles são os “mais severos críticos” da ação do Brasil na Amazônia. Bolsonaro citou que será possível a divulgação depois de um método desenvolvido para identificar a origem da madeira exportada.

Polícia Federal desenvolve método

“A nossa PF desenvolveu método usando isótopo estável, do tipo DNA, para permitir a localização e identificar a origem de madeira apreendida, e a exportada”, disse Bolsonaro. “Revelaremos os nomes dos países que têm importado essa madeira ilegal nossa, e mostraremos que alguns desses são os mais severos críticos no tocante da Amazônia. Acredito que depois disso diminuirá muito isso nessa região”, completou.

Réu confesso: confissão de culpa e incompetência

O presidente admite: pelos portos do país a madeira ilegal, retirada de áreas de proteção e terras indígenas, sai sem fiscalização adequada, que deveria ser feita pelo próprio governo. A confissão é de culpa ou incompetência? Talvez seja um misto das duas coisas: Bolsonaro é um conhecido estimulador de práticas ilegais, como a mineração. O que intensificou crimes florestais. Por outro lado, eles não tiveram início em seu governo.



Terras indígenas e o compromisso da Constituição Cidadã

Por **Luiz Eloy Terena**, assessor jurídico da Apib, para o portal Jota

Um vírus parou o mundo e impactou a vida das pessoas, fez cidadãos de diferentes nações repensarem seus ritmos e seus estilos de vida. Fez a humanidade reconsiderar, mesmo que por alguns momentos, sua relação com a Terra. Quis o destino que esse fosse o momento de o Supremo Federal Tribunal nos por a refletir sobre o importante papel que os territórios indígenas desempenham na equalização entre humanidade e natureza, dupla que tantos teimam em ver como desconexa. Para além das culturas tradicionais, as Terras Indígenas (TI) protegem fauna e flora brasileiras. Protegê-las é, portanto, proteger a vida.

Além de cumprir esse papel vital para toda a humanidade, as TIs pertencem ao patrimônio público federal (art. 20, CF/88). A Constituição atribui o usufruto aos povos indígenas, outorgando-lhes a posse, mas cabe à União ser a detentora de sua propriedade inalienável e indisponível. Quem desrespeita a preservação de um território tradicional não apenas desrespeita os direitos indígenas, dilapida o patrimônio público da União. Nas palavras da liderança indígena Sônia Guajajara, durante a Cúpula do Clima da Organização das Nações Unidas em 2019, “a luta pela Mãe Terra é a mãe de todas as lutas”. Portanto, sua proteção contribui para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

O destino destas terras e a sobrevivência dos povos originários está nas mãos dos eminentes ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). A Suprema Corte irá analisar o recurso extraordinário nº 1.017.365, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que discute a posse da Terra Indígena Ibirama Laklaño, do povo Xokleng, localizada em Santa Catarina. Por se tratar de Repercussão Geral, o Supremo terá que decidir sobre o estatuto jurídico das terras indígenas. O que ficar decidido ali, passará a valer para todas as comunidades indígenas brasileiras.

Estarão em análise duas teses jurídicas: a) a teoria do indigenato e b) a tese do marco temporal. De um lado, temos os povos que historicamente sofrem com todo tipo de violência, seja pelo Estado ou por parte de particulares com o aval do Estado. Do outro lado, está o poder político e econômico de quem vê os povos indígenas como entraves aos seus empreendimentos financeiros que, em pleno século XXI, seguem a lógica colonial, subjugando territórios, pessoas e a própria Mãe Terra à exploração avassaladora.

Trazida à centralidade do debate jurídico com a Petição nº 3.388/RR, a qual discutiu no âmbito do Supremo Tribunal Federal a constitucionalidade da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, a tese do marco temporal condiciona que o direito ao usufruto dos territórios pelos povos indígenas só poderia ser consagrado desde que estes estivessem ocupando as terras pleiteadas no dia 05 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal vigente, ou que comprovem que tenham sido removidos à força, tendo a resistência para tanto – esbulho renitente. Relega, portanto, a história milenar dos povos indígenas a pouco mais de três décadas. Tampouco encontra qualquer possibilidade de acolhimento constitucional, sendo a-histórica, anacrônica, casuística e inadmissível.

Durante o julgamento das Ações Cíveis Originárias (ACOs) 362 e 366, no STF, o ministro relator Marco Aurélio trouxe um relato histórico das Constituições:

“Desde a Carta de 1934 é reconhecida a posse dos indígenas das terras que tradicionalmente ocupam: Art. 129. Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”

“Não há índio sem terra, pois a relação com o solo é marca característica da essência indígena, pois tudo o que ele é, é na terra e com a terra. Daí a importância do solo para a garantia dos seus direitos, todos ligados de uma maneira ou de outra à terra”

Ainda em um resgate histórico, a Lei nº 6.001/73, também conhecida como Estatuto do Índio, previu em seu art. 65 que o “Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas”. Ou seja, todas as terras indígenas brasileiras deveriam ter sido demarcadas até 1978. Dez anos depois, sobreveio a Carta de 1988 e novamente se impôs o prazo de cinco anos. Há, ainda hoje, mais de quarenta anos depois, 829 Terras Indígenas aguardando o processo de demarcação.

Peço, aqui, a licença de parêntesis pessoal, já que essa história é também minha: muito antes disso tudo, nos idos de 1791, foi feito o primeiro acordo de paz selado entre Portugal os ancestrais do povo Terena – os meus ancestrais.

E é nesta mesma Constituição, mais especificamente no artigo 231, que fica evidente: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”. Qualquer tentativa de delimitação hermenêutica fora da moldura constitucional para cercar os direitos ao usufruto exclusivo dos povos indígenas sobre seus territórios deve ser encarada com uma afronta à vontade Constituinte.

Portanto, a inconstitucionalidade do marco temporal é flagrante. A Constituição determina que o direito dos povos indígenas sobre suas terras tradicionalmente ocupadas é originário, antecedendo inclusive ao próprio Estado brasileiro. E a tradicionalidade a qual se aponta em nada tem a ver com uma marcação no tempo cronológico. Refere-se à forma como a terra é ocupada e, por consequência, consubstancia-se no território para um determinado povo indígena, com o qual é estabelecida uma vinculação cultural inerente. É a relação do que cada povo tem com sua Terra no sentido de costumes e práticas culturais.

O ponto central que alguns aparentam carecer de compreensão é o seguinte: a posse indígena em seus

territórios não é da mesma natureza jurídica da posse civil. Não falamos aqui de uma propriedade privada, mas sim de um bem comum da União. Seu fundamento de validade é extraído diretamente da Carta Magna, o que lhe atribui natureza jurídica constitucional.

O professor José Afonso da Silva, constitucionalista que formou gerações de juristas no Brasil e das maiores referências para o STF, emitiu Parecer Jurídico no qual elucida detalhadamente as razões de fato e de direito pelas quais resta inconstitucional a tese do marco temporal:

Da mesma forma, o Ministro Ayres Britto proferiu em voto durante a PET 3388/RR que a natureza da posse das terras indígenas extrai seu fundamento de validade diretamente da Constituição Federal, sendo este um direito originário, antecessor à criação do próprio Estado brasileiro. Isto em razão da teoria do indigenato, tese expressamente admitida pela Assembleia Nacional Constituinte 87-88, expressão da soberania do povo brasileiro, ao prescrever o art. 231.

Ainda que se ignore o fato de que não há qualquer limitação temporal estabelecida pela Carta, é potencialmente inalcançável a exigência de que os indígenas estivessem todos em suas terras na data de 05 de outubro de 1988. A História do Brasil é nossa testemunha mais importante. O século XX foi de extrema violência contra os povos indígenas, inclusive com ações assimilacionistas ou integracionistas diretamente capitaneadas pelos órgãos indigenistas oficiais de Estado: primeiro sob a forma do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) e posteriormente transformado em Fundação Nacional do Índio^[1].

Em ecos deste período, desde 2019 a Funai vem abandonando a defesa de comunidades indígenas em diversos processos judiciais com base na norma. Deixa, portanto, os indígenas à mercê de despejos e da anulação da demarcação de suas terras. Ao desistir das ações em curso no Poder Judiciário, a Funai extirpa seu papel institucional, ferindo princípios básicos da Administração Pública, destacando-se o da Legalidade, Moralidade e Eficiência. O órgão fez isso em pelo menos quatro processos.

O próprio Estatuto do Índio retirava a possibilidade de capacidade jurídica por parte dos indígenas. Como os povos indígenas poderiam resistir à expulsão pelos meios legalmente estabelecidos, se nem sequer poderiam ingressar em juízo em nome próprio? Exigir que tivessem resistido à espoliação até o dia 05 de outubro de 1988 é exigir que tivessem tido seu direito fundamental à vida violado para que pudessem tentar preservar seu direito originário ao território.

Todavia uma decisão recente reafirmou nossa capacidade jurídica. No dia 05 de agosto de 2020 a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) foi admitida como entidade de representação nacional dos povos indígenas, com legitimidade ativa para realizar o controle concentrado de constitucionalidade. A decisão foi expedida pela unanimidade do Pleno, no âmbito do julgamento da ADPF 709, proposta pela APIB e seis partidos políticos com representação no Congresso Nacional. Ressalta-se que esta decisão ocorreu quase 32 anos após a promulgação da Constituição Cidadã.

Foi a mais alta Corte do país que garantiu a legitimidade dos indígenas na jurisdição constitucional, atributo indispensável para aprimorar o acesso à justiça e defender os preceitos fundamentais. Agora, os eminentes ministros têm a oportunidade de garantir o nosso direito à existência.

STF retira de pauta julgamento com repercussão geral

Estava marcado para o dia 28 de outubro, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) 1.017.365. Seis dias antes, porém, o presidente da Suprema Corte, ministro Luiz Fux, retirou a matéria da pauta não definindo uma nova ocasião para o julgamento. Junto ao mérito do processo de repercussão geral, também está o julgamento que manterá ou não a medida cautelar deferida pelo ministro Edson Fachin, em maio deste ano, que suspendeu os efeitos do Parecer 001/2017.

^[1] SILVA, José Afonso da. **Parecer – Marco Temporal**, 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacaotematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/artigos/docs_artigos/jose-afonso-da-silva-parecer-maio-2016-1.pdf>.

^[2] SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

Empresas envolvidas em violações de direitos indígenas receberam bilhões, mostra estudo

Por Assessoria de Comunicação do Cimi,
 com informações de Apib e Amazon Watch

O relatório Cumplicidade na Destruição III – Como corporações globais contribuem para violações de direitos dos povos indígenas da Amazônia Brasileira, publicado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e pela Amazon Watch no último dia 27 de outubro, revelou a conexão de grandes fundos financeiros com empresas associadas a conflitos em territórios indígenas e violações de direitos.

Segundo o estudo, que está em sua terceira edição, seis instituições financeiras estadunidenses lideram os aportes a estas empresas e somam, juntas, investimentos de mais de US\$ 18 bilhões, entre 2017 e 2020. São elas BlackRock, que sozinho investiu US\$ 8,2 bilhões, Citigroup, J.P. Morgan Chase, Vanguard, Bank of America e Dimensional Fund Advisors.

O relatório mapeou conflitos com povos indígenas na Amazônia envolvendo os setores de mineração, agronegócio e energia e sistematizou casos de invasões, desmatamento e violações de direitos. Entre as empresas envolvidas diretamente nos conflitos estão as mineradoras Vale, Anglo American e Belo Sun; as empresas do agronegócio Cargill, JBS e Cosan/Raízen; e as companhias de energia Energisa Mato Grosso, Equatorial Energia Maranhão e Eletronorte, abrangendo os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Amazonas e Roraima.

Os casos abordados no estudo incluem situações como a da Terra Indígena (TI) Urubu Branco, do povo Tapirapé, onde a Energisa Mato Grosso foi indiciada pelo Ministério Público Federal (MPF), no ano passado, por fornecer energia elétrica a fazendeiros e posseiros que promovem invasões ao território indígena.

“A empresa negou acesso aos dados pessoais dos invasores, ao mesmo tempo que negou consistentemente eletrificação às comunidades indígenas, alegando que esse território estava sob disputa”, informa o relatório.

O estudo partiu de pesquisas feitas pelo observatório De Olho nos Ruralistas e pela instituição de pesquisa holandesa Profundo. Outras denúncias apresentadas pelo relatório incluem a compra de gado criado ilegalmente dentro das TIs Uru-Eu-Wau-Wau (RO) e Kayabi (MT) pela JBS, e os processos de mineração das mineradoras Belo Sun, Potássio do Brasil e Vale sobrepostos diretamente territórios indígenas.

Além dos seis grandes fundos que, sozinhos, investiram mais de R\$ 18 bilhões na compra de ações e títulos dessas empresas e de outras envolvidas em conflitos com povos indígenas na Amazônia brasileira, o estudo indica que os investimentos vêm de corporações de variados países e inclui grandes bancos e fundos de investimento da França, Japão, Inglaterra, Espanha, China, Canadá, Holanda, Noruega, Espanha, Suíça, Alemanha, Austrália e do próprio Brasil.

“Embora muitas dessas corporações tenham feito promessas e comprometimentos públicos com questões ambientais, sociais e, em alguns casos, com direitos indígenas, elas continuam investindo em um modelo de negócio que apoia empresas que colecionam violações de direitos socioambientais. É importante que essas corporações sejam responsabilizadas, que seus investidores saibam para onde está indo o seu dinheiro, e que o público em geral tome conhecimento disso”, afirma o relatório.



Você pode acessar o estudo Cumplicidade na Destruição escaneando o código ao lado com o seu celular



Garimpo ilegal na Terra Indígena Munduruku, em Jacareacanga (PA), em setembro de 2020

Embora muitas dessas corporações tenham feito promessas e comprometimentos públicos com questões ambientais, sociais e, em alguns casos, com direitos indígenas, elas continuam investindo em um modelo de negócio que apoia empresas que colecionam violações de direitos socioambientais

Erro amazônico de Bolsonaro

Por Miriam Leitão, em O Globo

oitenta por cento da madeira que sai da Amazônia é comprada pelo próprio Brasil. Há muitos anos o Imazon vem acompanhando o destino do que é extraído da floresta, e a exportação chega no máximo a 20%. Esse é o primeiro erro, mas não o único, da fala do presidente Bolsonaro na reunião dos Brics, em 17 de novembro. Seu próprio governo é responsável por ter facilitado a exportação de madeira ilegal ao eliminar exigências de verificações portuárias. O trabalho da Polícia Federal de desenvolver tecnologia para identificar a origem da madeira é excelente notícia, mas ela aumenta a responsabilidade do Brasil, ao contrário do que imagina Bolsonaro.

A imensidão amazônica do que o presidente da República desconhece da questão ambiental e climática se vê nas próprias palavras dele. Na frente dos chefes de Estado dos Brics ele exibiu seus complexos de perseguição e suas obsessões:

— Estamos comprometidos no tocante à emissão de carbono, um assunto muito particular do Brasil, tendo em vista os injustificáveis ataques que nós sofremos no tocante à nossa região amazônica.

O Brasil não tem sido atacado. O governo dele é que tem errado completamente na questão ambiental — entre outras áreas — por não ter entendido o tempo presente. Um tempo em que o Brasil só tem a ganhar se proteger o patrimônio ambiental. O que se perde de riqueza para o acúmulo de fortunas de bandidos é uma enormidade.

Na sua fala aos governantes da China, Índia, Rússia e África do Sul, Bolsonaro contou que em breve divulgará os nomes dos países que compram a madeira retirada ilegalmente da floresta. E o fez como quem tem um grande segredo. Disse que aí sim “estaremos mostrando que esses países, alguns deles que muito nos criticam, em parte têm responsabilidade nessa questão”. A primeira coisa que deveria fazer era se informar.

O pesquisador do Imazon, Beto Veríssimo, explica para onde vai a madeira:

— Desde os anos 1990 nós fizemos três grandes levantamentos do setor madeireiro em um relatório, “Acertando o alvo”, que mostra que em torno de 80% da

madeira produzida na Amazônia é consumida no mercado nacional. O Brasil é um grande consumidor de madeira tropical e exporta menos de 20% do volume extraído da Amazônia. Exporta para a Europa e os Estados Unidos. Isso não mudou, fica nessa proporção de 80 para 20, até menos, porque Europa e Estados Unidos foram criando mais exigências para verificar a origem da madeira amazônica por suspeita de ilegalidades.

A segunda coisa que deveria entender é que se alguns países importam madeira ilegal é porque o Brasil está falhando em controlar o que se passa em seu próprio território. Em vez de tentar transferir responsabilidade, o governo deve coibir a ilegalidade. Se houver certificação de origem para toda madeira produzida será possível separar o que é produzido legalmente. Assim, o produto exportado brasileiro poderá ser aceito nos mercados internacionais que estão ficando cada vez mais exigentes. Se há uma nova tecnologia da Polícia Federal capaz de atestar o “DNA” da madeira, como disse o presidente, é boa notícia. Isso dará ferramentas para se controlar o crime aqui dentro.

O ex-presidente Barack Obama na entrevista aos jornalistas Flávia Barbosa e Pedro Bial lamentou que o Brasil deixou de ser o líder ambiental que já foi. Quem acompanhou reuniões internacionais do clima pode atestar o protagonismo do Brasil e a deferência com que os negociadores brasileiros, diplomatas e autoridades ambientais eram tratados. Esse poder foi perdido no governo Bolsonaro. Na última reunião, o ministro brasileiro andou por lá à deriva, e na delegação foram implantados agentes da Abin.

Com o patrimônio ambiental que tem, com sua matriz energética, o Brasil não tem razão alguma para pedir solidariedade à China, Rússia e Índia quando o assunto for emissão de carbono. Eles são grandes emissores. O Brasil deveria controlar sua principal fonte de emissão, o desmatamento, e liderar os esforços internacionais de combate à mudança climática.

Esse é o caminho racional, o mais inteligente a fazer. Não será seguido na atual administração. Bolsonaro deu mais uma demonstração ontem de que não entende em que mundo está, quais são as vantagens do Brasil, e até o que se passa no país que governa. ♦

Com Alvaro Gribel (de São Paulo)

Fazendeiro pressiona povo Guarani Kaiowá a abandonar aldeia que aguarda demarcação há mais de 20 anos

Por **Tiago Miotto**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Indígenas do tekoha Kokue'y, em Ponta Porã, no Mato Grosso do Sul, relataram que foram assediados por um fazendeiro para deixar a retomada onde há mais de 20 anos aguardam pela demarcação de seu território. Segundo os Guarani Kaiowá, o proprietário da área, que é reivindicada por eles como parte de sua terra tradicional, ofereceu dinheiro para que saíssem de lá imediatamente. Caso não aceitassem, teriam que deixar o local "na marra", relatam os indígenas.

Moradores do tekoha contam que o fazendeiro foi à aldeia no dia 2 de outubro, uma sexta-feira, e pressionou os indígenas para que abandonassem a área. Na segunda-feira seguinte (5), ele retornou e assediou novamente a comunidade.

"Ele voltou com o filho e a nora, dizendo que tinha trazido o dinheiro. Eu ia para a cidade, e quando saí de casa vi o carro estranho na frente. Ele pressionou e disse que iria pagar o dinheiro para sair no mesmo dia", relata Ava Poty Rendy I, morador do Kokue'y.

"Ele disse: 'eu trouxe o dinheiro para vocês, R\$ 80 mil, para vocês saírem dessa aldeia. Eu pago imposto dessa área, e vocês não pagam nada, só ficam à toa aqui, só nos prejudicam'", prossegue o Guarani Kaiowá.

Em um vídeo gravado pelos indígenas no dia 5 (abaixo), é possível ver o fazendeiro falando e mostrando algumas folhas de papel para os indígenas – segundo eles, documentos do processo de reintegração de posse movido pelo proprietário contra a comunidade, que corre na Justiça.

Em torno do minuto 1'30 do vídeo, é possível ouvi-lo dizendo, enquanto mostra os documentos: "Aqui tem uma parte que fala que foi ganha a reintegração de posse. Aí que tá. Daqui uns dias, se começar a mexer e ganhar, aí [...] vai vir aqui com a Polícia Federal e vai tirar. Aí eu não dou um centavo para ninguém. Vem aí, vem com carregadeira, com trator, joga tudo [...] no chão e tem que sair".

Segundo os indígenas, o processo foi usado como argumento para convencê-los de que, caso não aceitassem sua proposta, acabariam despejados – e sem o dinheiro. Entre os Guarani Kaiowá, a ameaça foi compreendida como de expulsão imediata, e o pânico tomou conta da comunidade.

"Ele falou assim, fazendo uma ameaça já, e a gente ficou muito preocupado com isso", conta Ava Poty Rendy I. "Eu falei para ele que não podemos aceitar esse dinheiro, que temos que comunicar tudo isso para as autoridades".

No dia seguinte, os indígenas relataram a situação numa reunião com o Ministério Público Federal (MPF), que instaurou um inquérito civil para apurar os "relatos de ameaças com pressões econômicas" do fazendeiro e o "estágio do procedimento de demarcação da terra indígena Kokue'y".

A procuradoria da República em Ponta Porã também emitiu uma recomendação ao fazendeiro, indicando que ele "se abstenha de adotar medidas que possam implicar constrangimento, ameaça ou pressão econômica, política ou de qualquer natureza sobre integrantes da Comunidade Indígena Kokue'y".

Caso tenha interesse em apresentar "propostas lícitas" para um acordo em busca de boa convivência, o MPF afirma que o fazendeiro deve fazer isso "com a oitiva prévia e informada de toda a comunidade, com participação das demais partes naqueles autos e com a devida assistência jurídica apresentada pela comunidade, comunicando previamente ao MPF".

Reintegração de posse

Cerca de 33 famílias, com mais de uma centena de pessoas, entre adultos, crianças e idosos, vivem no tekoha Kokue'y. A aldeia ocupa aproximadamente 120 hectares, a maior parte deles sobre a propriedade do fazendeiro que pressionou os indígenas.

Essa área foi estabelecida a partir de uma retomada feita no ano 2000 pelos Guarani Kaiowá, durante o processo de luta pela demarcação do território. Ao longo dos anos, a comunidade conquistou melhoria nas condições e na estrutura da aldeia: hoje, ela possui uma escola, poço artesiano e diversas casas, além de roçados de mandioca, bananeiras e outros alimentos cultivados para sua subsistência.



Momento da abordagem do fazendeiro aos indígenas do tekoha Kokue'y, no dia 5 de outubro

Em 2002, a Funai constituiu o Grupo Técnico responsável pelo estudo dos limites da Terra Indígena Kokue'y. A demarcação, entretanto, estagnou

O processo de reintegração de posse movido pelo proprietário tramita na Justiça desde 2001. Em 2019, ele obteve uma decisão que acatou seu pedido, mas determinou que a execução do despejo poderá ocorrer apenas depois que o processo transite em julgado – ou seja, somente depois que todos os recursos em defesa dos indígenas estejam esgotados.

O próprio MPF recorreu da sentença, e sua apelação ainda não foi analisada. Esta situação, segundo o órgão, "torna ilegal qualquer ação no sentido de determinar a saída da comunidade daquela região".

"Num canto, igual a um tatu"

Já faz mais de vinte anos que os Guarani Kaiowá esperam pela demarcação do território que abrange o tekoha Kokue'y, próximo ao rio Apa. Segundo Ava Verá, liderança septagénaria do tekoha, os indígenas sofreram muitas pressões e tentativas de expulsão ao longo das décadas, enquanto viram seu território diminuir, retalhado pelas cercas das fazendas e coberto por lavouras.

"Minha mãe e meu pai nasceram aqui mesmo, nós somos nativos daqui. Minha mãe também fala: 'vou sepultar junto com o meu velho, onde morreu o seu pai'", afirma Ava Verá. Sua mãe, anciã de 102 anos de idade, fez uma forte fala em Guarani na audiência da comunidade com o MPF.

"Fomos expulsos duas vezes daqui", explica o Kaiowá. "Mas sempre voltamos, porque o nosso único lugar é esse aqui mesmo, herança do nosso pai, do nosso bisavô. Eu estou com 70 anos, nascido e criado aqui".

Segundo os indígenas, a área, cercada por monoculturas de cana de açúcar e soja, guarda poucos resquícios de mata. Além disso, eles relatam que outro fazendeiro proibiu o acesso a uma área de reserva legal onde costumavam ir para caçar e pescar no rio Apa.

Apesar das pressões, Ava Verá também explica que não aceita a proposta de deixar a área. "Aí não dá, não adianta a gente sair por dinheiro. Vai prejudicar todo mundo. Daqui, para onde que a gente vai? Porque está tudo cercado, não tem um vão para a gente ir. Hoje o lavoureiro passou por cima, desmatou tudo, acabou com a nascente, e nós ficamos num canto, igual a um tatu", afirma a liderança Kaiowá.

"A gente espera essa demarcação, porque estamos nesse lugar, do jeito que foi deixado. A gente está aí, plantando muita coisa, criando algum bichinho para as crianças comer. Mas o fazendeiro está começando a nos cercar", relata.

Ainda a omissão

Em 26 de setembro de 2002, a portaria de número 957 da Fundação Nacional do Índio (Funai) constituiu o Grupo Técnico responsável pelo estudo dos limites da Terra Indígena (TI) Kokue'y. A demarcação, entretanto, estagnou.

Cinco anos depois, em 2007, Kokue'y foi uma das áreas incluídas no Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado entre a Funai e o MPF, que buscava alternativas para superar a morosidade do Estado e resolver os conflitos fundiários envolvendo os Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

Diversas áreas reivindicadas por esses povos foram reunidas em sete terras indígenas, organizadas conforme as bacias dos rios – os pega, referência geográfica básica para os Guarani e Kaiowá.

O TAC estabelecia um prazo de dois anos para a conclusão dos estudos de identificação e delimitação das terras e determinava que os procedimentos demarcatórios fossem encaminhados ao Ministério da Justiça até abril de 2010, sob pena de multa diária de R\$ 1.000.

Treze anos depois, apenas três relatórios foram publicados e nenhuma das demarcações foi concluída. Em 2014, a multa da Funai pelo descumprimento do TAC já somava R\$ 1,7 milhão, em valores da época.

No TAC, Kokue'y foi incluído na TI Apapegua, que compreende também os tekoha Kandire, Jaguari, Mba-kaiowa, Syvyrando, Damakue, Ita e Cabeceira Comprida. O Grupo Técnico para a identificação da terra indígena foi constituído pela Funai em julho de 2008. Doze anos depois, segundo o site órgão, ela ainda está "em estudo".

Enquanto a multa segue acumulando e as demarcações continuam paralisadas, os Guarani e Kaiowá sobrevivem em pequenas áreas, pressionados pelo agronegócio e sem acesso a direitos básicos.

"Esse tipo de pressão é comum, já aconteceram várias situações parecidas. Fazendeiro oferece dinheiro e depois aparece com trator para derrubar as casas. Mas nós nunca vamos aceitar dinheiro em troca da terra, porque o dinheiro acaba, mas a terra não. Nós precisamos da terra, para cuidar dela, e a terra precisa de nós, porque ela também cuida de nós. Por isso, dinheiro nenhum paga por ela", afirmou Eliseu Lopes, que representou a Aty Guasu – Grande Assembleia Guarani e Kaiowá na reunião dos indígenas com o MPF.

No Kokue'y, conta Ava Poty Rendy I, os indígenas aguardam há anos por reparos na escola da aldeia. A situação se agravou depois que a construção foi destelhada por um vendaval, em maio deste ano. A comunidade também cobra a construção de um posto de saúde, enquanto segue à espera da demarcação do território.

"Hoje o que nós pedimos é apoio", resume o líder Ava Verá. ♦

O lugar do encarceramento na violência institucional contra povos indígenas no Brasil

Por Michael Mary Nolan, Caroline Dias Hilgert e Viviane Balbuglio, Assessoria Jurídica do Cimi*

Este artigo tem como objetivo visibilizar a questão do tratamento penal e prisional reservado às pessoas indígenas no Brasil. A ideia é situar o cárcere como um espaço intrinsecamente violento na medida em que a prisão é utilizada pelo Estado como forma de controle e contenção de populações específicas, como negras e indígenas.



Você pode usar seu smartphone para escanear o QR Code ao lado e acessar na íntegra a cartilha "O Direito das Pessoas Indígenas em Conflito com a Lei"

No caso dos povos indígenas, isso se delinea de forma que os processos de criminalização a que estão submetidos, principalmente por conta de acusações por condutas relacionadas a drogas, ao patrimônio ou, até mesmo, contra a vida, costumam estar fortemente conectados à desigualdade social que enfrentam diariamente no país, a qual, por sua vez, se intensifica primordialmente pela demora do Estado brasileiro na solução dos conflitos pela demarcação das terras indígenas.

Iniciamos esse texto apresentando uma informação pouquíssimo difundida, mas de um episódio que ouvimos muito falar nas mídias já no início do ano de 2017: durante o massacre de 56 pessoas presas na rebelião do Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), localizado no estado do Amazonas, o Ministério Público Federal (MPF) identificou que dentre elas cinco pessoas mortas eram indígenas. Ao mesmo tempo, o governo do estado do Amazonas negou informação, afirmando que nenhuma pessoa indígena teria morrido ou teria sofrido lesões durante a rebelião – essa gravíssima situação é tema de uma Ação Civil Pública (ACP) em tramitação na Justiça Federal do Amazonas sob o número: 10004827020174013200.

Assim, este episódio do massacre em Manaus e da disputa da narrativa sobre o fato de haver ou não indígenas presos ali, nos parece significativo para iniciarmos uma reflexão sobre a invisibilidade e a ausência de direitos que pessoas presas estão submetidas frente ao Estado; o que, por sua vez, se torna ainda mais escancarado quando focamos um olhar direto ao encarceramento de pessoas indígenas.

Uma primeira reflexão essencial e que igualmente nos levou ao levantamento dos dados sobre pessoas indígenas presas via Lei de Acesso à Informação (LAI), realizado pelo Instituto das Irmãs de Santa Cruz (IISC) em parceria com o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que apresentaremos no decorrer do texto, é a identificação indígena. Observa-se que nem sempre estas pessoas são identificadas pelo sistema de justiça criminal como indígenas, porque não foram perguntados, porque não têm espaço/informação para exercer o direito à autodeclaração ou porque temem qualquer forma de repressão por se identificarem como indígenas.

Sem a devida identificação, elas estão, portanto, sujeitas a mortes invisíveis frente ao Estado – sejam estas mortes como as que de fato ocorreram durante o massacre em Manaus ou mortes simbólicas de indígenas presos condenados a penas altíssimas e que ficam completamente esquecidos nas prisões brasileiras.

Segundo o levantamento realizado via LAI já mencionado, no ano de 2019 havia aproximadamente 1.080 indígenas em situação de prisão no Brasil, sendo 1.017 homens e 63 mulheres. Os dados levantados também indicam que os estados com maiores taxas de encarceramento de pessoas indígenas eram respectivamente Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Ceará.

O mesmo levantamento apurou que entre os anos de 2017 e 2019, o encarceramento de pessoas indígenas no Brasil aumentou cerca de 45%. Dentre os dados disponíveis, contabiliza-se mais de 37 povos indígenas representados

Páginas retiradas da cartilha em quadrinhos "O Direito das Pessoas Indígenas em Conflito com a Lei" - Ilustrações: Otto



no sistema prisional no ano de 2019. No entanto, estimamos que este número pode ser muito maior, já que apenas nove estados da federação forneceram informação sobre a etnia ou do povo a que a pessoa indígena presa pertencia.

Relembramos também que foi no mês de junho de 2019, que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução 287, que passou a estabelecer procedimentos ao tratamento das pessoas indígenas acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, e dá diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito criminal do poder Judiciário. Esta Resolução, portanto, diz respeito ao processo penal e à execução penal brasileira de pessoas indígenas.

A Resolução, em seu início, enumera legislações nacionais e internacionais que resguardam direitos das pessoas indígenas e que devem ser somadas no que se refere à proteção e garantia dos direitos daqueles e daquelas que respondam a processo criminal no Brasil; são elas: a Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as Regras de Bangkok (Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras), o Estatuto do Índio (Lei 6001/1973) e também a Lei 13.769/2018 (dispõe sobre a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e a disciplina do regime de cumprimento de pena privativa de liberdade).

Embora entendamos que se trata de uma normativa relevante na luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil e que demarca alguma visibilidade para pessoas indígenas presas ou sobreviventes do sistema prisional, a Resolução se encontra, como a maior parte de nossas leis, distante da realidade dos povos indígenas no Brasil e requer esforços para sua efetiva implementação.

É importante ressaltar que a utilização da prisão como principal resposta punitiva não é óbvia, não corresponde à cultura de vários povos indígenas no Brasil e no mundo, nem é a solução prioritária prevista em lei. A cruel realidade

vivida pelo sistema prisional brasileiro deveria nos obrigar a investigar e dialogar com os povos indígenas brasileiros para fomentar a utilização de suas próprias formas de resolução de conflitos.

Observa-se que para muitos povos, ter uma pessoa de sua comunidade presa pode vir a gerar uma ruptura/conflito entre a pessoa presa com a própria comunidade a que pertence e com sua cosmologia, gerando, muitas vezes, impactos graves e imprevisíveis dentro dos conceitos coletivos, da cultura e organização social.

Neste sentido, em algumas aldeias indígenas, quando lideranças religiosas ou da comunidade são presas, pode-se criar dificuldades ou até mesmo verdadeiros impedimentos, por exemplo, à realização de rituais importantes e essenciais à existência diária destes povos. As variáveis possíveis do impacto da imposição de prisão a um membro de uma comunidade indígena são tantas que, em boa hora, a Resolução também prevê a realização de um laudo antropológico no processo criminal.

Por estas e outras razões, a prisão de uma pessoa indígena gera consequências individuais e também coletivas na perspectiva de sua cultura e vivência perante suas comunidades – trata-se de uma dupla punição. Por isso, a Resolução 287 e as demais legislações mencionadas neste artigo

Observa-se que nem sempre estas pessoas são identificadas pelo sistema de justiça criminal como indígenas, porque não foram perguntados, porque não têm espaço/informação para exercer o direito à autodeclaração ou porque temem qualquer forma de repressão por se identificarem como indígenas

entendem que a prisão deve ser uma resposta punitiva excepcionalíssima, devendo-se levar em consideração as formas próprias de resolução de conflitos dos povos indígenas, dando-se, em qualquer hipótese, preferência a formas alternativas ao cárcere.

Por outro lado, este entendimento, da excepcionalidade da prisão para pessoas indígenas não é compartilhado pela maioria das

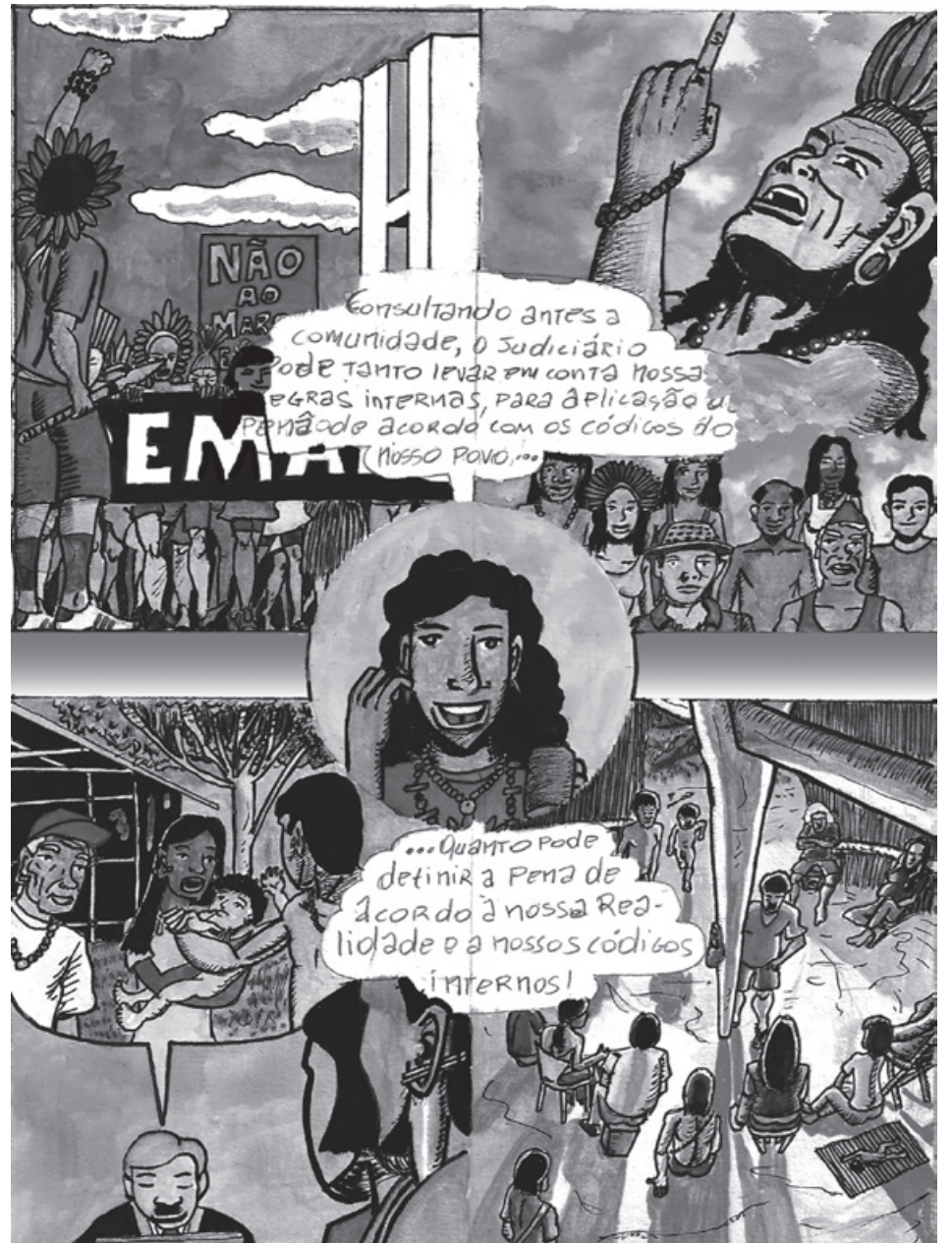
pessoas operadoras de direito no Brasil, as quais dificilmente têm conhecimento da diversidade dos povos e, sobretudo, dos direitos específicos que a lei os reserva.

Reduzir os dados da violência institucional vivenciada por pessoas indígenas presas no contexto atual do Brasil é, sem dúvida, desencarcerar. Porém, enquanto estão presas, há a necessidade de se garantir à pessoa indígena acesso à assistência material, de saúde, jurídica, educacional, social e religiosa, a qual também deverá ser prestada conforme as especificidades culturais de cada povo. Isto inclui, igualmente, o fornecimento de alimentação em acordo com seus costumes, bem como a presença dos pajés e dos líderes espirituais nos estabelecimentos prisionais, assim como reconhecer os laços de parentesco reconhecidos pelo povo para permitir visitas, dentre outras situações.

Por fim, observa-se que tanto o Judiciário quanto o Executivo, principalmente as autoridades prisionais, identificam, muitas vezes sem sequer lhes perguntar, uma pessoa indígena meramente como parda, sem a devida anotação de seu povo. Ainda, quando as autoridades fazem uso do critério autodeclaratório, é preciso levar em consideração que muitas pessoas indígenas, mesmo quando perguntadas, não se identificam como tal por não conhecerem seus direitos e/ou terem receio de serem discriminadas.

Ter uma dimensão mais precisa da quantidade de pessoas indígenas que estão encarceradas no Brasil, assim como a quais povos essas pessoas pertencem, seus costumes, seus contextos locais e as condições dessas prisões são alguns dos caminhos aqui propostos para que possamos compreender a relevância de aplicação massiva de medidas desencarceradoras às pessoas indígenas e, simultaneamente, elaborar estratégias para políticas públicas nacionais e locais com o propósito de prevenir o aprisionamento dessas pessoas e viabilizar seus direitos tradicionais e ao Bem Viver. ♦

*Artigo publicado originalmente no Relatório Violência Contra os Povos Indígenas do Brasil – dados de 2019



Povos indígenas surpreendem nas urnas e elegem a maior quantidade de candidatos e candidatas da história

Por Roberto Antonio Liebgott e Renato Santana*

Acompanhando o movimento histórico de crescimento populacional e de reconquista territorial, mesmo com reveses e atrasos significativos pós-Constituição de 1988, os povos indígenas atingiram nestas eleições municipais de 2020, marcadas pela pandemia do novo coronavírus, e por perdas irreparáveis de lideranças e anciãos para a covid-19, uma marca nunca antes alcançada: foram eleitos 234 representantes de povos originários para os cargos de vereador, vice-prefeito e prefeito; 28% a mais do que na eleição municipal anterior. São 10 prefeitos, 11 vice-prefeitos e 213 vereadores indígenas espalhados pelo Brasil.

Os números fazem parte de um levantamento realizado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e Instituto Socioambiental (ISA). O resultado eleitoral, conseguido numa combinação de pragmatismo eleitoral e mais articulação e organização nacional após as eleições de 2018, significou o aumento percentual de indígenas vitoriosos sobre o universo total de pessoas eleitas.

Neste ano, os indígenas foram 0,34% de todos os eleitos, contra 0,26% de quatro anos atrás - o percentual de pessoas que se declaram indígenas é de 0,47% da população brasileira, segundo o IBGE (2010). Considerando apenas os números oficiais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 215 indígenas eleitos neste ano - a vitória do cacique Marcos Xukuru à Prefeitura de Pesqueira, agreste de Pernambuco, está suspensa - houve um aumento de quase 17% na comparação com o pleito anterior, quando foram eleitos 184 indígenas.

As mulheres tiveram um desempenho arrojado e ajudaram a puxar o crescimento. Em 2016, foram eleitas 24 mulheres indígenas. Em 2020, foram 31 mulheres eleitas: um aumento de 29%. Das indígenas eleitas, duas assumiram a vice-prefeitura: Eliane Falcão (PT), em São Gabriel da Cachoeira (AM), e Margarida Maxacali (Avante), em Santa Elena de Minas (MG). Em Marcação (PB), a candidata Lili (DEM) foi eleita prefeita.

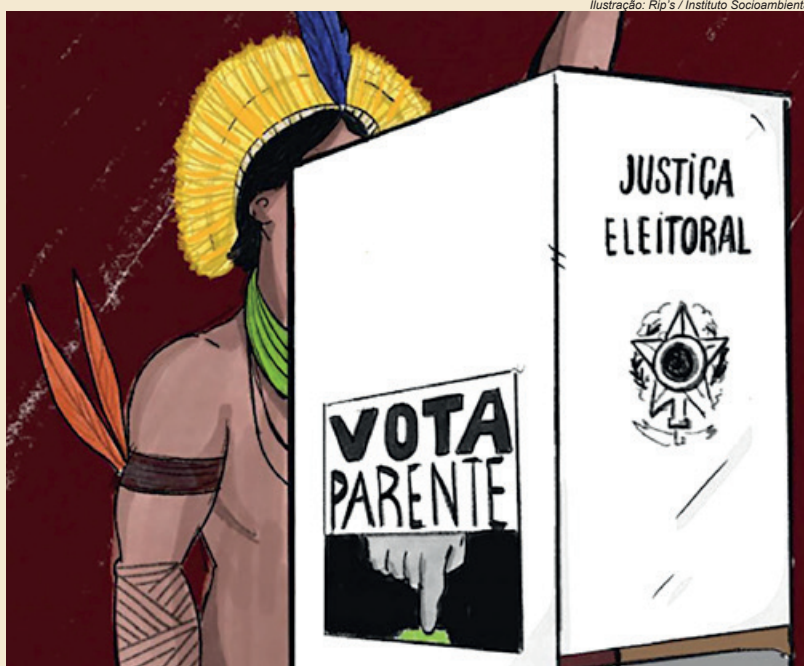
Conforme o Instituto Socioambiental (ISA), os Estados com maior quantidade de eleitos, em 2020, são Amazonas (45), Paraíba (19), Pernambuco (17), Roraima (16) e Bahia (15). Os Estados com menos eleitos, apenas um cada, são: Rio Grande do Norte, Goiás, Espírito Santo e Piauí. Sergipe e Rio de Janeiro não elegeram indígenas.

Podemos verificar que nas regiões a expressividade política dos povos indígenas tomou certo fôlego, contrariando a constante pressão que os poderes públicos municipais exercem contra os direitos indígenas. Além do cacique Marcos Xukuru ter vencido as eleições num município que entre os anos 1990 e primeira metade de 2000 odiava o povo da Serra do Ororubá, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, cidade com o maior percentual de indígenas no país, o prefeito e a vice-prefeita eleitos neste ano são indígenas, assim como dez dos 13 vereadores.

Em Uiramutã, Roraima, o prefeito, o vice-prefeito e seis dos nove vereadores eleitos são indígenas. O resultado tem um significado especial no município, criado em 1995 pelo governo roraimense justamente para atrair o exercício de direitos dos povos indígenas locais, diz à DW o antropólogo Stephen Baines, professor da Universidade de Brasília (UnB).

A terra indígena Raposa Serra do Sol foi homologada em 2005, com decisão mantida em 2009 pelo Supremo Tribunal Federal (STF) após questionamento do governo de Roraima. "Os indígenas não conseguiram impedir que o município fosse criado, mas prepararam pessoas para se candidatarem e agora controlam a prefeitura e, pela primeira vez, a Câmara da cidade", diz Baines à DW.

A DW observa ainda que a expansão eleitoral indígena em 2020 também ocorreu no número de candidatos e candidatas de quaisquer gêneros: havia o nome de 2.216 nas urnas neste ano, alta de 29% em relação ao último pleito municipal.



Organização e articulação política: escolha pelo pragmatismo

O resultado expressivo e histórico é o resultado da participação indígena, a cada pleito, cada vez mais articulada já que a presença, como sujeitos de direitos, consolida-se nas políticas públicas e partidárias. Nas eleições majoritárias de 2018, Sonia Guajajara participou da campanha eleitoral como candidata a vice-presidente da República pelo PSOL, Joênia Wapixana foi eleita deputada federal pela Rede Sustentabilidade, Chirley Pankará elegeram-se pelo PSOL, num mandato coletivo, como deputada estadual no estado de São Paulo e centenas de outros indígenas disputaram, muitos com votações expressivas, a vagas no Congresso Nacional e nas assembleias legislativas.

Nisto há ainda a construção de uma agenda política nacional indígena, sobretudo após as eleições de 2018, com o intuito de organizar a presença dos povos nos pleitos municipais. Houve encontros, a presença de Joênia e Sônia nas regiões e a elaboração de documentos buscando estabelecer diretrizes comuns para guiar programaticamente estes indígenas na disputa eleitoral.

Muito ainda se deve avançar nesse sentido, justamente pelo fato de que esta frente de mobilização dos povos indígenas seguirá sendo aperfeiçoada e se enraizando nas aldeias que muitas vezes escolhem seus candidatos a partir de decisões desacompanhadas de um projeto político.

Fato é que as lideranças conversaram mais entre si no plano nacional, debateram as candidaturas, se informa-

Foram eleitos 234 representantes de povos originários para os cargos de vereador, vice-prefeito e prefeito; 28% a mais do que na eleição municipal anterior. São 10 prefeitos, 11 vice-prefeitos e 213 vereadores indígenas espalhados pelo Brasil

ram quanto a elas, mecanismos de observação e sistematização foram criados, a presença das mulheres neste esforço foi ampliada e uma boa dose de pragmatismo foi adotada por todo o país. O que nos leva a uma outra novidade com relação aos pleitos anteriores.

A presença eleitoral indígena em 2020 não teve o habitual viés ideológico como ponto de partida: pelos dados disponíveis, os indígenas priorizaram legêndas e coligações que ofereceram mais chances de vitória - independente de quais fossem elas. O que não corresponde ao percurso histórico habitual com a presença massiva destes candidatos e candidatas em partidos de esquerda.

O PMDB superou, nestas eleições municipais, o PT em mandatos conquistados por indígenas, com 27 vitórias, duas a mais que o PT. Em seguida, estão PSD, com 21, PP, com 20, e DEM e Republicanos, empata-

dos com 16 cada um. Dos 213 vereadores eleitos, apenas 48 se elegeram por partidos de esquerda e centro-esquerda.

Observando as dinâmicas municipais e a preferência narrativa do eleitorado localizado fora das capitais, os indígenas se deslocaram eleitoralmente da esquerda para a centro-direita, de um modo geral, com o entendimento de que, mesmo em partidos que no Congresso Nacional atuam contra os direitos indígenas, nos municípios a lógica das eleições às Câmaras dos Vereadores e Prefeituras atende mais a demandas localizadas, administrativas e de contato direto com pautas eminentemente comunitárias e nada ideológicas.

A disputa pelos poderes locais, que antes serviam apenas para opressão e agora estão acessíveis eleitoralmente aos indígenas, pode impactar as eleições presidenciais de 2022. Se é certo que as candidaturas indígenas atingiram números históricos a partir de partidos de centro-direita, principalmente, é certo também que nas eleições presidenciais o candidato à reeleição Jair Bolsonaro, que está sem partido, sofre resistência pela política anti-indígena que pratica na Presidência. Como os indígenas lidarão com essa contradição, boicotando legêndas governistas, é um debate a ser feito no próximo período.

Ao De Olho nos Ruralistas, Mário Nicácio Wapichana, eleito vice-prefeito pela Rede Sustentabilidade no município de Bonfim, a 126 quilômetros de Boa Vista, capital de Roraima, afirmou que "a Apib e a Coiab sempre fizeram uma divulgação meio tímida da participação em eleições", afirma. "A iniciativa da Apib hoje é uma estratégia de enfrentamento para poder garantir os direitos dos povos indígenas. É uma estratégia muito importante para os pré-candidatos a vereadores, prefeitos e vices. É dizer que eles não estão sós".

Política partidária como instrumento e inserção

No Brasil, a Constituição Federal prevê o respeito às culturas dos povos indígenas, suas crenças, costumes, tradições, suas organizações sociais e políticas. Ou seja, a Lei Maior dá aos povos a possibilidade de viverem autonomamente dentro de seus territórios e neles exercerem suas atividades econômicas, culturais, religiosas e tradicionais. Essas previsões constitucionais não inviabilizam a possibilidade de que pessoas - homens e mulheres - das comunidades indígenas participem de forma ativa nas estruturas dos poderes políticos da sociedade envolvente.

Nesse sentido, é legítimo e necessário que os indígenas, dos mais diversos povos, se filiem a partidos políticos e através deles concorram a vagas nas câmaras de vereadores,



As mulheres indígenas desempenharam um papel destacado nas eleições de 2020 e puxaram a votação histórica

assembleias legislativas, Câmara dos Deputados, Senado Federal e a cargos no âmbito do Poder Executivo.

Por outro lado, a política partidária torna-se uma ferramenta ou um instrumento de inserção dos indígenas nas demandas, questões e relações sociais e econômicas nos estados, municípios e União. Obviamente, temos de levar em conta as diferenças regionais, geográficas, étnicas e de contato dos povos com a sociedade envolvente, para que essas relações sejam mais ou menos intensas.

Salienta-se que no Brasil há povos livres, ou seja, que optaram pelo isolamento voluntário e não estabeleceram nenhum contato com a sociedade envolvente. Ao Estado compete, nestes casos, através dos órgãos de assistência e fiscalização, estabelecer políticas de demarcação e proteção dos territórios onde eles vivem.

O Brasil é um país privilegiado pela extraordinária possibilidade de existir no seu espaço territorial mais de 305 povos indígenas, falantes de 240 línguas e cada um deles com suas culturas, crenças, tradições e costumes. Compõe-se, nesse sentido, um grande mosaico das diferenças tanto culturais, étnicas como geográficas. São múltiplas as realidades, onde cada povo vive e interage.

Nesse sentido, a inserção indígena na política partidária, em âmbito nacional, também é diversa. Evidenciou-se, em 2020, a amplificação dessa participação nas eleições municipais e esse fato nos aponta pelo menos seis eixos de análise e reflexão.

Eixos de análise

O primeiro deles refere-se ao contexto de urbanização a cada dia mais intenso, ou seja, as comunidades encontram-se muito próximas das cidades e conseqüentemente são influenciadas pelas dinâmicas culturais, políticas, econômicas, pelo consumo e pela necessidade de estabelecer conexões de compra e venda, inclusive de seus produtos.

O segundo vincula-se aos interesses pessoais, ou seja, o indígena acredita ser viável sua candidatura e, em função de seus contatos com algum político, acaba sendo convidado a filiar-se num partido que o acolhe e depois o lança para a disputa eleitoral.

O terceiro refere-se às necessidades e expectativas das comunidades de participação na política partidária para, com isso, elegerem seus representantes que farão a defesa de suas causas.

O quarto eixo de análise perpassa a busca, individual ou coletiva, pelo fortalecimento de poder interno e externo, ou seja, pessoas das comunidades, em geral de um mesmo grupo ou clã familiar, concorrem às eleições tendo em vista sua projeção nas relações políticas e econômicas no âmbito dos municípios e dentro da terra indígena.

O quinto diz respeito aos interesses dos partidos políticos, que se aproximam das comunidades onde buscam fomentar as candidaturas indígenas, pois com elas os partidos se fortalecem dado que acabam obtendo a adesão, se não total ao menos parcial, dos eleitores indígenas.

O sexto eixo de análise e reflexão relaciona-se a ambições de igrejas de matriz cristã fundamentalistas que, em geral, adentram os territórios indígenas, especialmente aqueles próximos às cidades, mas também estão vinculadas a partidos de direita ou extrema direita e, por isso, ocupam papel determinante nas eleições, porque ajudam no convencimento dos eleitores e, não raras vezes determinam em quem se deve votar.

Partidos e eleições: conflitos nas aldeias

Há, nestes contextos eleitorais, relações harmoniosas dos povos indígenas com a sociedade envolvente e suas estruturas organizacionais, mas há também graves conflitos que impactam, de forma negativa, as comunidades, suas dinâmicas de vida, suas relações e organizações internas, tradições, costumes e crenças. No Rio Grande do Sul, alguns conflitos desencadeados depois das eleições municipais chamaram a atenção de lideranças indígenas, indigenistas e da sociedade em geral pela subida dos tensionamentos internos. Parece ter havido desentendimentos pelo fato de as pessoas seguirem, na hora de votar, sua autonomia e liberdade de escolha.

A partidarização municipal foi transferida para dentro das terras ocasionando um desequilíbrio nas regras próprias dos indígenas e nos seus modos de ser. Levou-se para o ambiente comunitário os conflitos e disputas que não – necessariamente – compunham o cotidiano das famílias, muitas delas ausentes dos ambientes partidários.

As disputas externas, que deveriam ser saneadas nos municípios, foram transferidas para pessoas ou grupos que exercem o controle sobre a posse, domínio e usufruto das terras, que fortalecem as chefias clânicas dentro dos territórios e que realizam o controle religioso, através de igrejas fundamentalistas associadas aos partidos políticos. Esse conjunto de fatores acabou sendo anexado ao ambiente das eleições municipais, mesmo à

Os Estados com maior quantidade de eleitos, em 2020, são Amazonas (45), Paraíba (19), Pernambuco (17), Roraima (16) e Bahia (15)

revelia da vontade de uma significativa parcela da população, que, sem querer, acabou envolvida nos conflitos eleitorais e, no curso do processo, obrigada a assumir a posição dada pelos comandos internos, porque, ao contrário disso, sofrem, como alguns sofreram, o banimento ou expulsão da terra.

O sistema político hegemônico causa danos, muitos deles irreversíveis, em todas as sociedades em função das práticas partidárias que se sustentam ambicionando o poder, beneficiando-se financeiramente dos bens públicos e privados, difundindo falsas promessas e enganando as pessoas, projetando mentiras como se fossem verdades e visando sempre a destruição dos adversários.

Dados esses apontamentos questiona-se, portanto, até que ponto o sistema dominante pode ajudar nas lutas dos povos indígenas, visto que com sua assimilação, até o momento, trouxe divisionismo, autoritarismo, individualismo e desconstituiu as normas organizacionais de cada povo.

No Rio Grande do Sul, o resultado das eleições municipais – ano de 2020 – passam para a história como o período onde os indígenas, em maior número, disputaram cargos às câmaras de vereadores, através de partidos de diferentes tendências ideológicas, mas também se registrou, de forma preocupante, fatos graves, chegando-se a conflitos físicos e a outras violações aos direitos humanos, tais como as iniciativas de controlar o voto das pessoas – a liberdade de escolha – e a expulsão de famílias pelo fato de optarem por candidaturas de partidos que não passaram pelas indicações das lideranças ou pastores.

Diante de um contexto de expansão das relações sociais, políticas e culturais, os povos indígenas, sem perder sua autonomia e protagonismo, vão precisar lidar, a cada dia, com maior cuidado e prudência com esse sistema dominante, para que exemplos como os citados não continuem se repetindo. Há que se direcionar, na participação política, os interesses dos povos e comunidades, tendo em vista o fortalecimento das culturas, de suas organizações sociais, das ações em saúde, educação e atividades produtivas, que elas sejam executadas de forma diferenciada, respeitando os saberes de cada povo. E, por fim, deve haver máxima atenção quanto às demandas fundiárias e exigir a demarcação, proteção e fiscalização das terras, tendo em vista o seu usufruto comunitário e exclusivo.

As lutas futuras dos povos e comunidades relacionam-se também à política partidária, mas há que se ter uma priorização nestes próximos dois anos, a garantia dos direitos constitucionais expressos nos artigos 231 e 232 (CF 1988). O governo federal e seus apoiadores atuam de forma incessante para desconstituir os direitos indígenas, inviabilizar as demarcações, restringir a posse e usufruto das terras pelas comunidades e promover, no âmbito das políticas públicas, a integração forçada dos povos na sociedade envolvente.

O período não é propício para disputas e conflitos internos. Tais divisões são o que os opositores dos povos querem e promovem, ou seja, que as pessoas dentro das comunidades se vejam como inimigas umas das outras. Parece que a política partidária, nas últimas eleições, fez esquecer que os algozes, genocidas, invasores, violentadores, os verdadeiros inimigos dos povos indígenas estão do lado de fora das terras indígenas e querendo, desesperadamente, acessá-las para explorar, lotear e devastar o meio ambiente. ♦

*Roberto Antonio Liebgott é coordenador do Cimi Regional Sul, filósofo e bacharel em direito. Renato Santana é jornalista da assessoria de comunicação do Cimi.



Joenia Wapichana e Sonia Guajajara: duas mulheres indígenas que em 2018 traçaram caminhos para o resultado das eleições deste ano

Mil candidatos a prefeito declaram 308 mil cabeças de gado

Quase a metade do rebanho fica na Amazônia; pelo menos 33 mil desses animais pertencem a pecuaristas multados pelo Ibama por desmatamento do bioma; prefeituráveis declaram R\$ 618 milhões em reses ao TSE e protagonizam histórias de corrupção e violência

Por **Alceu Castilho e Luís Indriunas**,
 com reportagem de Leonardo Fuhrmann, para o *De Olho nos Ruralistas*

O gado vai às urnas. Nas eleições de 15 de novembro, 1.014 candidatos a prefeito declararam nada menos que 308.364 cabeças de gado, conforme pesquisa feita pelo De Olho nos Ruralistas na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). São 304 cabeças de gado para cada candidato pecuarista. Tomando-se os cerca de 20 mil prefeituráveis em 5.570 municípios, a média é de 16,2 animais por político — bem mais que a média brasileira, de pouco mais de um boi por habitante.

A pecuária foi o tema escolhido pelo observatório para estreitar a série O Voto que Devasta. Ao longo das próximas semanas serão esmiuçadas as conexões entre os políticos que querem ser prefeitos e histórias pouco republicanas, relacionadas à destruição de biomas — em especial a Amazônia — e a outros conflitos socioambientais em todo o território brasileiro.

Não foi um tema escolhido à toa. Os estudos que mostram o papel da pecuária na destruição da Amazônia se refletem nos dados sobre políticos. Das 308 mil cabeças de gado declaradas por aqueles 1.014 candidatos a prefeito, 144.096 (47%) ficam nos estados da Amazônia Legal. E nada menos que 33.259 (23% desse subtotal) pertencem a vinte políticos multados nos últimos anos, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), por desmatamento na Amazônia.

Confira, entre os que declararam possuir gado, a lista dos candidatos pecuaristas a prefeito multados pelo Ibama nos últimos anos: **Quadro 1**

Somente um desses políticos, o candidato em Iporá (GO), mora em município que não faz parte de um dos nove estados que compõem a Amazônia Legal.

Outros cinco desses políticos foram multados em um desses estados e informaram ser pecuaristas, mas não declararam nenhuma cabeça de gado. Outros cinco autuados pelo Ibama declararam ser produtores agropecuários — igualmente sem informar ao TSE uma única cabeça. Ou seja, a lista de candidatos punidos por desmatamento, quase todos eles na Amazônia, conflui com a lista de candidatos pecuaristas. A refletir, portanto, não somente uma concentração de poder econômico.

Pecuária é responsável direta pelo desmatamento

Há uma relação direta entre pecuária e devastação ambiental. Segundo o pesquisador Paulo Barreto, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (Imazon), um dos maiores especialistas mundiais no tema, dois terços da área desmatada na região amazônica são destinados ao pasto, que vem ocupando espaço num longo processo histórico. De acordo com dados do Mapbiomas, a área para pecuária na região amazônica aumentou 74% em trinta anos.

A dinâmica envolvendo a criação de gado no Brasil passa por uma série de etapas que vão desde a grilagem de terra, seguindo pelo corte de árvores de valor comercial até a queima da mata para plantio do pasto. E muitos entre os candidatos pecuaristas assinam essa devastação — para além das multas registradas pelo Ibama.



Florestas devastadas durante o "Dia do Fogo" de 2019, na Amazônia, estão entre as áreas de interesse de candidatos pecuaristas

Das 308 mil cabeças de gado declaradas por aqueles 1.014 candidatos a prefeito, 144.096 (47%) ficam nos estados da Amazônia Legal. E nada menos que 33.259 (23% desse subtotal) pertencem a vinte políticos multados nos últimos anos por desmatamento na Amazônia

Candidato em São Félix do Xingu (PA), João Cleber de Souza Torres (MDB) é um exemplo eloquente desse processo. Ele está à frente de duas listas entre os postulantes às 5.570 prefeituras de todo o país: primeiro colocado na lista de maior rebanho, 11.855 cabeças de gado, segundo o TSE, e segundo maior multado pelo Ibama por desmatamento ilegal, pelo critério do valor das autuações.

Ele já foi acusado de grilagem e de ser responsável pela morte de trabalhadores rurais no município. De quebra, em 2014, andou pela lista suja do trabalho escravo.

E ainda sobra espaço para um suposto envolvimento em esquema de lavagem de dinheiro com compra de fazendas e gado, recheado por ameaças aos denunciante. As acusações vieram a público com a Operação Reis do Gado, da Polícia Federal. O candidato de São Félix do Xingu, município que disputa com Corumbá (MS) a liderança em rebanho do país, foi preso durante a operação, que indiciou vários integrantes da família do ex-governador Marcelo Miranda, do Tocantins.

Confira a lista dos candidatos com mais bois

O prefeito de São Félix do Xingu não está sozinho nas acusações de corrupção. O segundo lugar entre os maiores rebanhos (10.576 cabeças de gado) e o primeiro lugar em valores (R\$ 29.612.800) ficam com Juracy Freire, ex-prefeito de Porteirinha (MG), que

administrado o município em duas ocasiões e tenta voltar ao cargo.

Confira a lista dos candidatos a prefeito que, conforme a base disponível no TSE, informaram possuir mais bois: **Quadro 2**

O Ministério Público de Minas Gerais (MP-MG) acusou Juracy Freire de improbidade administrativa durante seu primeiro mandato (2001 a 2004) por comprar equipamentos, combustíveis e merenda escolar de suas empresas e de seus familiares, em processos licitatórios fraudulentos — com a utilização de funcionários de suas fazendas como laranjas.

Em 2013, ele foi condenado por superfaturamento na construção de moradias com recursos da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Os dados da Justiça Eleitoral mostram que a fortuna de Juracy mais que quadruplicou nos últimos doze anos. De R\$ 10,9 milhões, em 2008, para R\$ 43 milhões, em 2020.

Em terceiro lugar no tamanho do rebanho, com 9.770 cabeças de gado, e quinto entre os valores declarados (R\$ 14.124.8395), o candidato Odilon Ferraz Alves Ribeiro (PSDB), de Aquidauana (MS), foi um dos alvos da Operação Vostok, da Polícia Federal, ao lado do principal líder do PSDB estadual, o governador do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja.

O grupo de 22 denunciados é acusado de participar de um esquema de redução ilegal de impostos, com a emissão de notas frias, que garantia o pagamento de propina a políticos. As denúncias surgiram nas delações feitas por diretores da J&F — a holding da JBS. Apenas Zelito teria emitido notas fiscais frias no total de R\$ 1.758.701,00. A defesa do irmão de Odilon fala em vendas regulares.

Ao site Midiamax, Odilon rechaça a ligação com o grupo, apesar das doações, e defende o irmão: "Tenho certeza que meu irmão vai provar sua inocência. Não sou investigado e espero que esse processo se encerre logo e a verdade prevaleça".

Um trabalho desenvolvido por pesquisadores das

Foto: Greenpeace

CONHEÇA OS PECUARISTAS COM AS MAIORES AUTUAÇÕES POR DESMATAMENTO DO IBAMA, ENTRE CANDIDATOS A PREFEITO



CANDIDATO	MUNICÍPIO	CABEÇAS DE GADO	VALOR DAS MULTAS	ANOS DAS MULTAS
Valmir Luiz Wessner (PRTB)	Gaúcha do Norte (MT)	670	R\$ 16.590.000	2017
João Cleber de Souza Torres (MDB)	São Félix do Xingu (PA)	11.855	R\$ 6.723.575	2011, 2014
Renan Lopes Souto (MDB)	Água Azul do Norte (PA)	403	R\$ 3.412.500	2017
Celso Luiz Padovani (DEM)	Marcelândia (MT)	1.694	R\$ 1.182.650	2011, 2018
Ramilton Luna de Alencar (PP)	Apiacás (MT)	1.453	R\$ 1.160.000	2017
Maurício Prevatti (PDT)	Cotriguaçu (MT)	240	R\$ 969.850	2017
Ivan Moreno de Jesus (PRTB)	Paranaíta (MT)	*	R\$ 870.000	2018
Aidecídes Milhomem (DEM)	Alto Boa Vista (MT)	*	R\$ 807.000	2012, 2019
Marcos Antonio Lise (PSC)	Apuí (AM)	630	R\$ 725.000	2014
Francisco da Rocha Miranda (PTB)	Araguatins (TO)	200	R\$ 595.000	2017
Gelson Luiz Dill (MDB)	Novo Progresso (PA)	2.473	R\$ 445.000	2014
Simão Peixoto Lima (PP)	Borba (AM)	807	R\$ 397.500	2020
Romildo Veloso e Silva (PL)	Ourlândia do Norte (PA)	2.460	R\$ 285.000	2015
Naçoitan Araújo Leite (PSDB)	Iporá (CO)	*	R\$ 275.000	2014
Rubens Roberto Rosa (PDT)	Nova Canaã do Norte (MT)	7.334	R\$ 245.000	2014
Aécio Guerino de Souza (PSL)	Cuiabá	994	R\$ 200.000	2015
Joselino Padilha (MDB)	Rurópolis (PA)	550	R\$ 185.000	2013
Moisés Ferreira de Jesus (PP)	Cotriguaçu (MT)	80	R\$ 159.850	2015
Fernando Augusto Coelho (PP)	Cidelândia (MA)	200	R\$ 124.654	2018
Isvandires Martins Ribeiro (PSDB)	Água Azul do Norte (PA)	510	R\$ 70.000	2014
Edson Nunes Lustosta (PL)	Paraná (TO)	20	R\$ 62.000	2016
José Otacilio da Cunha (Cidadania)	Golanorte (TO)	205	R\$ 58.000	2015
Moisés Jorge Silva de Oliveira (PTB)	Jenipapo dos Vieiras (MA)	481	R\$ 24.000	2012

Fonte: TSE/ibama/De Olho nos Ruralistas

* Não informado



universidades alemãs de Bonn e Freiburg e do Instituto de Pesquisa Aplicada (Ipea), de 2013, apontava que o aumento de denúncias por auditores fiscais de casos de corrupção como fraudes em licitações não garantiu a inibição de uma prática correlata: o desmatamento ilegal.

Os pesquisadores identificaram um aumento de 11% no desmatamento nos municípios com administradores afastados ou denunciados por fraudes. A conclusão foi a de que “há mudança de atividades ilícitas e corruptas para esferas menos fáceis de serem observadas pelos auditores federais”. Os pesquisadores disseram que é preciso adotar “outras abordagens multidimensionais” para o efetivo e amplo sucesso dessas ações de combate.

Quantidade de gado é ainda maior que a informada

A fortuna em gado declarada pelos candidatos à Justiça Eleitoral soma R\$ 618.276.300,19, valor 3,6 vezes maior que o corte de R\$ 184 milhões do orçamento do Ministério do Meio Ambiente anunciado para 2021. Somente o que eles declararam possuir em gado nos estados da Amazônia Legal (46% do total informado pelos pecuaristas) já ultrapassa esse valor: R\$ 283.261.024,65.

Só que 135 candidatos a prefeito declararam R\$ 56.974.496,06 em gado, mas não apontaram a quantidade de animais. Ou seja, aquelas 308 mil cabeças de gado são apenas uma amostra. Se tomarmos o preço de R\$ 2 mil por boi, o mais incidente entre os próprios candidatos, podemos inferir que eles possuem outras 28.500 reses. Ou seja, apenas os prefeituráveis de todo o país (sem contar os candidatos a vice e a vereador) devem possuir um rebanho que se aproxima de 350 mil cabeças.

Para se ter uma ideia dessa dimensão, Portugal — todo o país — possui 1,68 milhão de cabeças de gado. O Brasil tem um dos maiores rebanhos bovinos do mundo: segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2019, são 215 milhões de reses. Quase uma por habitante — tivesse cada brasileiro uma cabeça de gado para chamar de sua.

E a quantidade de bois nas mãos de candidatos a prefeitos certamente é maior: alguns deles se declararam pecuaristas, mas omitiram seus rebanhos nas suas declarações à Justiça Eleitoral. Não informaram nem quantos bois têm, nem o valor. Sem falar em outros candidatos conhecidos pela criação de gado, mas que não estão incluídos em nenhuma dessas condições anteriores — a não

ser pelo fato de que também não informaram ao eleitor brasileiro quantas reses possuem.

Central no avanço da pecuária (e do desmatamento ilegal no Brasil), o Pará lidera o ranking dos candidatos que declararam os maiores valores em gado, com sete representantes. Em seguida vêm Goiás, com cinco, Minas Gerais, com quatro, Mato Grosso (outra fronteira decisiva na Amazônia), Mato Grosso do Sul e Tocantins com dois cada um.

Confira a lista: Quadro 3

Estudo mostra relação entre reeleição e desmatamento

Outro estudo feito em relação ao poder local e o desmatamento aponta que os municípios em que prefeitos da Amazônia tentam a reeleição há um crescimento nos níveis de desmatamento durante o ano de campanha. Segundo a pesquisadora Sharon Pailler, da Clark University (EUA), entre 2002 e 2012, nos municípios onde um prefeito concorria à reeleição, havia um aumento da taxa de desmatamento entre 8 e 10%.

Nas eleições desse ano, essa proporção pode ser ainda mais acentuada, acredita Paulo Barreto, do Imazon: “O discurso atual do governo federal criou um senso de impunidade que vem se refletindo nas atitudes contra a floresta dos governos locais”. A criação pelo governo Bolsonaro dos “núcleos de conciliação” para avaliar as multas ambientais dos órgãos federais ampliou a impunidade: nenhuma multa foi aplicada desde a entrada em vigor do decreto, em agosto de 2019.

Um estudo de 2019 do Imazon aponta que a maioria dos prefeitos evita entrar em confronto com os proprietários de terra, ignorando a possibilidade ampliar a arrecadação e a fiscalização a partir da atualização de dados para a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR), que, desde 2003, tem seu valor revertido para os cofres municipais. A principal omissão é não atualizar os valores das terras o que deixa a arrecadação muito aquém do possível com valores até seis vezes menores.

É nessa toada que o prefeito de Novo Progresso (PA), Ubiraci Soares Silva (PL), o Macarrão, procura a reeleição e vai disputar com o seu ex-aliado, o vice-prefeito Gelson Luiz Dill (MDB), o 20º candidato com maior rebanho no Brasil. Ambos são fazendeiros e têm um histórico de multas ambientais que inclui a invasão da Floresta Nacional do Jamxim. Novo Progresso foi um dos palcos do dramático “Dia do Fogo”, quando, em agosto de 2019, autoridades e fazendeiros orquestraram uma queimada coletiva para atrair a fiscalização dos órgãos ambientais. ♦

25 CANDIDATOS COM MAIOR NÚMERO DE BOIS DECLARADOS



CANDIDATO	PARTIDO	MUNICÍPIO	UF	Nº DE BOIS DECLARADOS	VALOR DECLARADO R\$
João Cleber de Sousa Torres	MDB	São Félix do Xingu	PA	11.855	9.458.128
Juracy Freire	PP	Porteirinha	MG	10.576	29.612.800
Odilon Ferraz Alves Ribeiro	PSDB	Aquidauana	MS	9.770	14.124.839
Tomás Antonio Albuquerque de Paula...	MDB	Santa Quitéria	CE	7.337	1.765.000
Rubens Roberto Rosa	PDT	Nova Canaã do Norte	MT	7.334	18.335.000
José Carlos de Faria	PRTB	Brasil Novo	PA	5.938	14.845.000
Magno Augusto Bacelar Nunes	CIDADANIA	Chapadinha	MA	5.000	10.000.000
Geovanio Gualberto Macedo	PTB	Pimenta	MG	4.777	7.346.440
Guaracy Batista da Silveira Júnior	PSL	Macapá	AP	4.720	4.720.000
Marcelo Batista Ferreira	PT	São Félix do Xingu	PA	4.098	409.800
André Luiz Coelho Merlo	PSDB	Governador Valadares	MG	3.243	6.782.467
Antonio Arquimedes Borges	PTB	Paracatu	MG	3.187	6.374.000
Jonas Luiz Guimarães Junior	PSD	Mutunópolis	GO	3.102	6.000.000
Adalberto da Rocha Nonato	DEM	Vereda	BA	3.045	3.045.000
Vanuzza Primo de Araújo Valadares	PODE	Porangatu	GO	2.917	1.346.500
Hildefonso de Abreu Araújo	PP	Abel Figueiredo	PA	2.800	7.000.000
Raimundo Antonio Silva Borges	PL	Pedro do Rosário	MA	2.484	2.086.000
Gelson Luiz Dill	MDB	Novo Progresso	PA	2.473	1.900.000
João Barbosa de Souza Sobrinho	DEM	Barreiras	BA	2.447	1.957.600
Francisco Ferreira de Souza	MDB	Tucumã	PA	2.426	5.000.000
Valdir Lemes Machado	PSD	Novo Repartimento	PA	2.422	6.781.600
Luiz Martins de Oliveira	MDB	Mutunópolis	GO	2.383	4.289.400
Luiz Fernando Homem de Carvalho	REPUBLICANOS	Rondonópolis	MT	2.283	493.000
Odelmo Leão	PP	Uberlândia	MG	2.134	4.268.000
Francisco Rovêllo Nunes Pessoa	PV	São Mateus do Maranhão	MA	2.000	3.000.000

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

25 CANDIDATOS COM MAIOR VALOR EM REBANHO DECLARADO



CANDIDATO	PARTIDO	MUNICÍPIO	UF	Nº DE BOIS DECLARADOS	VALOR DECLARADO R\$
Juracy Freire	PP	Porteirinha	MG	10.576	29.612.800
Rubens Roberto Rosa	PDT	Nova Canaã do Norte	MT	7.334	18.335.000
José Carlos de Faria	PRTB	Brasil Novo	PA	5.938	14.845.000
Odilon Ferraz Alves Ribeiro	PSDB	Aquidauana	MS	9.770	14.124.839
Magno Augusto Bacelar	CIDADANIA	Chapadinha	MA	5.000	10.000.000
João Cleber de Sousa Torres	MDB	São Félix do Xingu	PA	11.855	9.458.128
Oscar Spindola Rodrigues Jr	MDB	Sobral	CE	1.600	8.418.153
Armindo Cayres de Almeida	SOLIDARIEDADE	Sampaio	TO	*	7.611.000
Geovanio Gualberto Macedo	PTB	Pimenta	MG	4.777	7.346.440
Argemiro Rodrigues	DEM	Calapônia	GO	1.670	7.086.000
Hildefonso de Abreu Araújo	PP	Abel Figueiredo	PA	2.800	7.000.000
André Luiz Coelho Merlo	PSDB	Governador Valadares	MG	3.243	6.782.467
Valdir Lemes Machado	PSDB	Novo Repartimento	PA	2.422	6.781.600
Antonio Arquimedes Borges	PTB	Paracatu	MG	3.187	6.374.000
Jonas Luiz Guimarães Jr	PSD	Mutunópolis	GO	3.102	6.000.000
Joacy Serafim da Cunha	PTB	Anapu	PA	1.825	5.110.000
Francisco Ferreira de Souza	MDB	Tucumã	PA	2.426	5.000.000
Ivanilzo Gonçalves de Alencar	DEM	Filadélfia	TO	1.891	4.727.500
Guaracy Batista da Silveira Jr	PSL	Macapá	AP	4.720	4.720.000
Flavio Canedo	PL	Caldas Novas	GO	1.571	4.713.000
Cezar Mendonça de Sousa	PDT	Tucumã	PA	1.797	4.650.000
Ozeas Gomes de Moraes	PRTB	Niquelandia	GO	1.500	4.500.000
Marcia Pereira Alves de Lima	PSD	Camapuã	MS	1.893	4.450.000
Francisco Carlos Clemente	MDB	Tangará da Serra	MT	1.722	4.305.000
Luiz Martins de Oliveira	MDB	Mutunópolis	GO	2.383	4.289.400

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

* Não informado

Os pesquisadores identificaram um aumento de 11% no desmatamento nos municípios com administradores afastados ou denunciados por fraudes. A conclusão foi a de que “há mudança de atividades ilícitas e corruptas para esferas menos fáceis de serem observadas pelos auditores federais”

Dos 215 candidatos a prefeito em Rondônia, 70 se declaram fazendeiros

Por Sarah Fernandes, para o De Olho nos Ruralistas

Entre os 215 candidatos a prefeito de Rondônia, 70 possuem fazendas declaradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 52 municípios. Ou seja, praticamente um terço dos concorrentes é proprietário de terras. Em relação à pecuária, 26 candidatos se declaram donos de cabeças de gado. Esses números ampliaram o temor de líderes de movimentos sociais do estado quanto ao crescimento da violência no campo, o atraso nas regularizações de assentamentos e a criminalização de ocupações de terras improdutivas.

Fazendas nas mãos de candidatos de Rondônia somam 15.210,84 hectares, pouco menos que o território de Aruba. O tamanho dessas áreas deve ser maior, já que 22 candidatos não declararam o tamanho de suas propriedades. Apenas os sete maiores latifundiários entre os aspirantes a prefeito detêm 10.405,55 hectares de terra.

Juntos, os 70 candidatos somam R\$ 54.943.654 em propriedades rurais — R\$ 39 milhões concentrados nas mãos dos dez fazendeiros mais ricos da lista. Quinze deles têm pelo menos R\$ 1 milhão em terras.

Integrante do Instituto Terras e Territórios, Claudinei dos Santos — que também é membro da Via Campesina e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Rondônia — diz que levar o agronegócio às prefeituras eleva o risco de acirramento dos conflitos:

— A tendência é que haja um reforço do agronegócio nas eleições, com gente apadrinhada por deputados e fazendeiros ligados à grilagem de terra. Isso vai aumentar a reação dos pequenos produtores e a tendência é que as ocupações de terra sejam ainda mais criminalizadas e as regularizações avancem pouco.

A maior parte dos candidatos fazendeiros concorre nos municípios de Urupá, Buritis, Alta Floresta D'Oeste e Corumbiara — este último, conhecido nacionalmente pelo massacre ocorrido em 1995, quando policiais militares atacaram trabalhadores sem-terra, num confronto que deixou o saldo de doze mortos.

Candidato mais rico declara R\$ 8,5 milhões em fazendas

Em São Francisco do Guaporé, um dos dez municípios rondonienses que mais desmataram em 2019, concorre à prefeitura o candidato fazendeiro mais rico do estado: o agricultor Gessi Rocha (Solidariedade). Sozinho, ele acumula um patrimônio de R\$ 8.590.000 em propriedades de terra, além de R\$ 700 mil em 300 cabeças de gado.

Só uma das propriedades, declarada ao TSE como terra nua de 200 alqueires — ou 544 hectares, usando como parâmetro a medida do alqueire na região Norte — tem valor estimado de R\$ 6 milhões. A segunda, também terra nua, desta vez no município de Espigão do Oeste, soma 37 alqueires (100 hectares) e vale R\$ 2.590.000.

O patrimônio total declarado de Gessi Rocha é de R\$ 9.430.000. Ele declara ter completado o ensino fundamental. Em 2014, candidatou-se sem sucesso a deputado estadual.

“O conflito vai se dar”, declara Claudinei dos Santos. “Temos acampamentos em terras improdutivas há anos com centenas de famílias aguardando a regularização; vai depender muito dos prefeitos e vereadores eleitos para conseguirmos resolver essas questões ou agravarmos os problemas e onde tiver um executivo mais conservador e ligado ao agronegócio o poder da caneta vai frear qualquer possibilidade de regularização de acampamentos”.



Terra Indígena Karipuna (RO) é uma das mais invadidas e devastadas do país. Grileiros e madeireiros atacam sem piedade o território



Prefeito de Vilhena tem área do tamanho de Diadema

O atual prefeito de Vilhena (RO), Eduardo Toshiya Tsuru, o Eduardo Japonês (PV), concorre à reeleição no município e soma a maior área de propriedade de terra entre os candidatos do estado: 2.836,87 hectares, pouco menos que todo o município de Diadema, no ABC Paulista. O patrimônio em terras do candidato soma R\$ 533.739,45.

Ao todo são quatro imóveis rurais, três deles chácaras em Vilhena e uma fazenda — a Fazenda Santo André, localizada fora do estado, no município de Santo Afonso (MT). Eduardo Japonês possui metade da propriedade, que tem 2.378,98 hectares e vale R\$ 375.000. Seu patrimônio total soma R\$ 1.030.832,11.

A segunda maior propriedade entre os candidatos a prefeito de Rondônia era a do pecuarista Wanderley Araújo Gonçalves, o Wanderley do Corgão (PTB), que concorria a uma vaga em Chupinguaia (RO). Ele declarou ao TSE ser proprietário da Fazenda Berimbau, em Porto Velho, município mais desmatado do estado nos primeiros semestres de 2019 e 2020.

A propriedade, declarada como terra nua, tem 2.180 hectares e está avaliada em R\$ 2 milhões. O patrimônio total declarado do candidato é de R\$ 2.333.152. Apesar de ter confirmado ao TSE que sua profissão é pecuarista, Wanderley não declarou nenhuma cabeça de gado entre seu patrimônio.

Em 21 de outubro ele teve o registro da sua candidatura indeferida pela Justiça Eleitoral, em razão de quatro condenações do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia quando era presidente da Câmara de Chupinguaia. Uma delas diz respeito a um aumento de seus próprios subsídios, entre janeiro e setembro de 2010. Outras pelos pagamentos de diárias de trabalho, serviços de cerimonial e pinturas do prédio da Câmara sem a devida prestação de contas.

Inelegibilidade

O prazo da inelegibilidade vai até 03 de janeiro de 2026. Wanderley foi eleito vereador do município em 2008 e 2012.

Seu candidato a vice, Wilson Ramos, também teve o registro da candidatura indeferido quatro horas antes dele, também por condenações no Tribunal de Contas quando era secretário municipal de Obras e Serviços no município, em 2011. Ele declarou três propriedades de terra, uma delas voltada para pastagem, no valor total de R\$ 232 mil.

Em 2014, Wanderley e seu irmão, o ex-deputado estadual Valter Araújo, foram condenados em primeira instância pelo Tribunal de Justiça de Rondônia por inserirem uma declaração falsa no contrato social da empresa Reflexo Limpeza e Conservação, da qual são proprietários, para mascarar quem seriam os reais donos do empreendimento.

Candidatos pecuaristas têm 13 milhões em gado

Juntos, os 26 candidatos pecuaristas de Rondônia somam 4.390 cabeças de gado e ao menos R\$ 12.966.693,46 declarados ao TSE. A maior parte dos rebanhos está em municípios do Arco do Desmatamento, alguns com mais bois do que habitantes.

O atual vice-prefeito de Ministro Andreazza (RO), Wilson Laurenti, o Wilsão (Podemos), que concorre à prefeitura, tem o maior rebanho declarado entre os prefeituráveis do estado: 1.007 cabeças de gado, avaliadas em R\$ 950 mil. O pecuarista, que soma um patrimônio de R\$ 1.286.401,71, foi vereador nos mandatos de 2008 e 2012, pelo PTN.

Na sequência vem o candidato a uma vaga no executivo de Cacaúlândia (RO) Daniel Marcelino Da Silva, o Danielzinho (DEM), com 954 cabeças de gado, quase um sexto da população total do município, que soma 6.230 habitantes. Ele possui o maior valor em gado entre os candidatos: R\$ 2.264.300, integrando o patrimônio total de R\$ 8.934.300. O candidato informou possuir quatro propriedades rurais.

A atual prefeita de Seringueiras, Leonilde Alflen Garda (PDT), que concorre à reeleição, também está na lista dos pecuaristas do estado: ela declarou 542 cabeças de gado, que totalizam R\$ 1.626.000, integrando seu patrimônio total de R\$ R\$6.574.020.

Em 2017, a prefeita teve de ser notificada pelo Ministério Público do estado para fiscalizar focos de queimadas no município e punir os responsáveis com medidas legais. Em 2018, ela foi novamente notificada pelo órgão para retomar a construção de uma pré-escola que estava parada.

Em Governador Teixeira (RO), o atual prefeito e concorrente à reeleição João Alves Siqueira, o João Paciência (Republicanos), fica com a terceira maior fortuna em cabeças de gado entre os prefeituráveis de Rondônia: trata-se de um rebanho de 407 animais, avaliado em R\$ 1.187.000, quase metade do seu patrimônio total declarado, de R\$2.351.480.

Siqueira chegou a ser preso em 2013, quando era vice-prefeito, por coação de testemunhas e corrupção eleitoral. ♦

Ações concretas em defesa da vida

Organização e solidariedade garantem alimentos, máscaras e informação a indígenas em Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo

Por **Adi Spezia**, da Assessoria de Comunicação do Cimi

Em nenhum Plano Emergencial de atendimento aos povos frente à covid-19 por parte do governo federal, os povos se organizam para conter e monitorar a entrada do vírus nas aldeias, como as barreiras sanitárias. Nas comunidades próximas aos centros urbanos e praias “é impossível controlar a entrada e saída de turistas, devido às instalações de condomínios, pousadas, resorts e casas de veraneio”, relatam as lideranças do sul e extremo sul da Bahia.

Com o isolamento, a renda e os meios de sobrevivência dos povos ficaram comprometidos, pois parte dos indígenas precisa trabalhar fora das aldeias para garantir o sustento da família. A venda de artesanato e dos produtos frutos do cultivo da terra também foram comprometidos.

Para amenizar as consequências da pandemia nos territórios o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Leste passou a organizar ações de solidariedade com pelo menos quinze ações concretas em defesa da vida, juntos aos povos indígenas e pessoas em situação de rua. Foram entregues em torno de 1.300 cestas básicas, 500 kg de arroz e 1.800 kg de alimentos oriundos da agricultura familiar e camponesa, produzidos pelos assentados da Reforma Agrária, organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de Teixeira de Freitas, Bahia.

O padre Ronaldo Cardoso de Oliveira, da Paróquia Nossa Senhora de Fátima, de Itamaraju, assegura que os alimentos têm chegado a quem mais precisa. “Vamos fazer chegar aos indígenas e às famílias carentes. É bênção, graça, solidariedade e fraternidade com aqueles que mais precisam neste tempo de pandemia”.

O cacique Ramon Tupinambá, da aldeia Tucum, Terra Indígena Tupinambá de Olivença, conta que as cestas básicas foram distribuídas de forma coletiva. “Priorizamos primeiro as famílias em situação de maior vulnerabilidade, pois as doações vêm fortalecer as ações que estão sendo realizadas nas aldeias”, reforça o cacique.



Foto: Cimi Regional Leste

As ações do Cimi Regional Leste alcançaram por volta de 40 mil indígenas e pessoas em situação de rua. Na foto, comunidade Xakriabá

“Priorizamos primeiro as famílias em situação de maior vulnerabilidade, pois as doações vêm fortalecer as ações que estão sendo realizadas nas aldeias”

cacique Ramon Tupinambá

Além das cestas básicas e dos alimentos agroecológicos, a equipe mobilizou a entrega de aproximadamente 400 kits de higiene com álcool em gel, 200 cobertores para amenizar o frio e 2.200 máscaras para proteção individual. Fortaleceu as barreiras sanitárias e também as medidas de prevenção de contágio. Foi criada também uma Rede de Comunicação Emergencial, via grupo de Whatsapp, com o objetivo de produzir conteúdo e compartilhar informações. Para facilitar

o entendimento, os materiais também foram produzidos na língua dos povos.

A poesia passou a fazer parte das estratégias de comunicar, como uma medida importante de formação, informação e comunicação em linguagem acessível. “A poesia busca relatar o momento, animar e encorajar os povos a enfrentar e superar o desafio de forma criativa,

consciente e poética”, conta Haroldo Heleno, coordenador do Cimi, Regional Leste.

Com os tecidos doados, algumas comunidades produziram suas próprias máscaras. Em outras, como na aldeia Coroa Vermelha (BA), do povo Pataxó, o Centro Ação Mulher está fabricando máscaras e toucas de tecido para distribuir nas escolas e posto de saúde da aldeia.

No conjunto, as ações chegaram a cerca de 40 mil indígenas dos povos Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe, Tupinambá de Olivença, Tupinambá de Belmonte, Xakriabá, Maxakali, Xucuru-Kariri, Kaxixó e Kamakan. Foram movidas pela solidariedade organizações como a CNBB, Cese, Cáritas e demais entidades vinculadas à Igreja, e de parceiros locais envolvidos nas ações solidárias e de cidadania. Haroldo também aponta o apoio de agências de cooperação nacionais e internacionais.

Quem recebe as doações tem agradecido. “São sempre bem-vindas, acabamos de receber as cestas do Cimi e quero agradecer a cada parceiro que tem contribuído”, expressa José de Araújo Souza, mais conhecido como Deda, que é professor de Cultura da aldeia Imbaúba, em Minas Gerais. Ele também fala como tem se dado a comunicação entre as aldeias. “Sempre passamos para todas as aldeias as orientações de se manter em casa e, quando precisar sair, usar máscara e o álcool em gel”, explica. Da Aldeia Sirihya (BA), o cacique Gildo Amaral Tupinambá de Olivença reforça o pedido aos parentes: “fiquem nas suas aldeias”.

Devido às chuvas, em todos os territórios que o Regional Leste do Cimi tem atuação, as comunidades indígenas iniciam os plantios. “Estamos focados na nossa produção de alimentos e precisamos desse apoio para produzir nossos produtos agrícolas, orgânicos e sem agrotóxico que possam impactar na nossa saúde e território”, expõe Ramon.

Da aldeia Riacho do Brejo, em MG, Adailton Cavalcante Bezerra reforça o pedido e destaca a importância das doações, em especial para o fortalecimento das barreiras sanitárias e o monitoramento da covid-19 nos territórios, que já completa cem dias. “Venho aqui agradecer a todos os parceiros e aliados, mas também pedir apoio para manter os trabalhos de monitoramento e prevenção da saúde do nosso povo”, apela a liderança. ♦

Livro com artigos sobre os Tremembé celebra os 90 anos da indigenista e escritora Maria Amélia

Por **Assessoria de Comunicação - Cimi**

A história da indigenista, pesquisadora e escritora Maria Amélia Leite se confunde com a própria história da insurgência dos povos indígenas na região nordeste do Brasil.

Uma trajetória que a coloca como uma das fundadoras do pensamento antropológico que se debruça sobre os ‘índios do Nordeste’, a partir da metade dos anos 1970, que, em muitos casos, eram dados como extintos ou tinham suas comunidades associadas a populações genericamente sertanejas ou caboclas; comumente chamados de “índios misturados”.

Para celebrar os 90 anos desta que é personalidade chave para a emergência

étnica e conquistas territoriais destes povos, a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult), amparada por pesquisadoras e pesquisadores de articulações, conselhos e comissões indígenas e indigenistas, lança a obra *Os Tremembé no Ceará: Tradição e Resistência*.

A obra é um apanhado de artigos produzidos por Maria Amélia, no decorrer de algumas décadas, a partir das experiências da autora junto ao povo Tremembé. Nos artigos é possível encontrar a perfeita simbiose das perspectivas teóricas que Maria Amélia ajudou a sistematizar e desenvolver associadas a uma atuação cotidiana e dedicada junto ao povo.

O livro é recebido também como um grito de resistência diante da atual conjuntura indigenista, onde o governo

federal é comandando por uma quadrilha de saqueadores das terras indígenas e opositores declarados aos direitos destes povos. Maria Amélia, portanto, segue com a batalha de sua vida.

Os Tremembé no Ceará: Tradição e Resistência

AUTORIA: Maria Amélia Leite

ORGANIZADORES DOS ARTIGOS: Pesquisadoras e pesquisadores do Conselho Indígena Tremembé de Almofala, a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará, a Articulação de Mulheres Indígenas do Ceará, a Organização dos Professores Indígenas do Ceará, a Comissão de Juventude Indígena do Ceará e a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo
 Publicação: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult)

ANO: 2020 - 204 páginas



J. Rosha, jornalista do Cimi e do Porantim, morre em Manaus e deixa legado de três décadas em defesa da causa indígena

Por Renato Santana, da Assessoria de Comunicação - Cimi

No início da tarde de 10 de novembro o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Norte I, que abrange o Amazonas e Roraima, comunicou a morte, em Manaus, de José Honório Garcia Rocha, mais conhecido pela forma como assinava suas matérias e charges, J. Rosha, jornalista e assessor de comunicação da entidade. A notícia apanhou a todas e todos com um misto de espanto e tristeza. Missionários, missionárias, jornalistas, indígenas e amigos e amigas de outras organizações indigenistas se perguntando se aquela informação era verdade ou um equívoco típico do telefone sem fio das redes sociais.

Dias antes estava o Rosha produzindo o noticiário indigenista, reagindo no grupo de whatsapp, participando de reuniões, comunicando, com a voz de locutor de rádio, que era uma marca pessoal, uma nova pauta que surgia. É estranho alguém que estava há pouco tratando das coisas triviais de um trabalho intenso, esse de ser jornalista indigenista, e que o Rosha fazia há três décadas, e de repente te avisam que acabou, chegou ao fim da linha como uma viagem interrompida por alguma árvore que tombou na estrada com a tempestade da noite anterior.

Fato é que Rosha estava doente. Sofria de diabetes e dos problemas ocasionados pela versão mais severa da doença. No entanto, pode ter sido a covid-19, por sinal, que tenha maltratado ainda mais o organismo do Rosha potencializando os problemas pré-existentes. Os exames iniciais deram negativo, mas ele seguia apresentando todos os sintomas. Por consequência da diabetes, as funções cardíacas e renais do jornalista estavam comprometidas a ponto dele ter que se submeter à hemodiálise durante internação no Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto, onde deu entrada no dia 27 de outubro.

Os sintomas da covid-19, possivelmente, agravaram a situação, e com o quadro de saúde frágil o nosso querido Rosha não resistiu a essa batalha, num ano em que muitos guerreiros como ele também foram vencidos. Internado há pouco mais de uma semana, apresentou melhoras nas 24 horas anteriores à morte. O que gerou a esperança de que Rosha sairia do hospital e seguiria se recuperando em casa.

Conforme a nota do Cimi Regional Norte I, Rosha assumiu a assessoria de comunicação do Cimi Norte I em 1989, “abraçando a causa indígena com coragem, dedicação e compromisso. Logo no início passou por uma prova de fogo”. Foi envolvido na luta dos povos indígenas no Rio Negro, no contexto do projeto Calha Norte, que propunha a demarcação das terras indígenas na forma de “Colônias Indígenas”, reduzindo drasticamente o território



Rosha comanda mais uma edição do programa de rádio A Voz dos Povos Indígenas: o jornalista escrevia o noticiário indigenista, editava publicações, fotografava, desenhava cartuns, charges e cartilhas, fazia documentários e apresentava um programa de rádio

tradicional para favorecer empreendimentos minerais e outros interesses de terceiros na região.

“Os militares, temerosos que a voz das lideranças indígenas reunidas na Assembleia em Taracá, a favor de seus direitos e contra o esbulho de suas terras, se fizesse ouvir, conduziram Rosha, junto com outros companheiros do Cimi, até a sede do município de São Gabriel da Cachoeira, impedindo-o de fazer a cobertura jornalística para a qual tinha sido convidado, diz trecho da nota.

Mesmo com a pressão, Rosha seguiu com o trabalho escrevendo e editando o “Informativo Calha Norte” do Regional do Cimi, revelando as estratégias anti-indígenas

“Rosha não foi celebridade jornalística, afastou-se categoricamente desse adereço e embrenhou-se na alma amazônica confeccionada por embates ferrenhos que só eram transformados em manchete quando feitos tragédias, genocídios, saqueamentos”

do governo, até que a luta dos povos indígenas da região pela demarcação integral de suas terras lograsse êxito. Este batismo parece ter sido definitivo para o restante da vida de Rosha em sua dedicação abnegada aos povos indígenas e ao Cimi.

Ao longo dos mais de 30 anos no Cimi Norte I, “Rosha ajudou a alimentar e impulsionar numerosas campanhas a favor da demarcação e proteção de terras indígenas e por políticas adequadas e específicas de saúde e educação. Bem como repercutir denúncias indígenas de violação de seus direitos e de outros temas de interesse das comunidades”, inventaria a nota do Cimi.

A isto se somam os contextos conjunturais. Ainda sem a abundância da cobertura jornalística da imprensa hegemônica ou de veículos da imprensa setorializada, Rosha contribuiu com suas reportagens, charges, fotografias e programas de rádio “para visibilizar a realidade das aldeias e amplificar as vozes dos povos originários da Amazônia, sempre primando pela qualidade e pela precisão de suas apurações”.

Seu trabalho contribuiu diretamente para trazer ao conhecimento do público graves situações que, de outra forma, permaneceriam esquecidas, invisíveis aos olhos da sociedade não indígena. Para isso, não hesitou em percorrer os longuíssimos caminhos amazônicos, sendo muitas vezes acometido pela malária, atrás das informações junto aos povos. Um empenho também expresso em suas matérias tratando dos perigos que rondam os povos em isolamento voluntário.

Rosha graduou-se em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no ano de 1986, e sua trajetória expressa a coerência de uma pessoa comprometida com as causas nas quais acreditava. A causa indígena, à qual se dedicou por mais de três décadas, foi uma delas.

Além do Cimi, Rosha trabalhou como assessor de comunicação do Sindicato dos Metalúrgicos do Amazonas, onde começou editando o jornal da categoria, e atuou durante muitos anos e de forma bastante intensa no Sindicato dos Jornalistas do Amazonas, sua própria categoria, onde foi diretor e angariou a admiração de colegas de profissão, que em centenas de mensagens lamentaram a sua morte.

O compromisso de Rosha com as lutas populares complementava-se com a paixão pela causa indígena. “Causa que sistematiza o mundo que era vislumbrado por Rosha: mais solidário e generoso, um lugar onde todas as formas plurais de entender a vida possam ter seu espaço garantido e respeitado”, destaca a nota do Cimi.

Hábil repórter, daqueles que costumam percorrer centenas de quilômetros para chegar a uma aldeia e enfrentar todas e quaisquer dificuldades do ofício, José Rocha também foi um talentoso cartunista e ilustrador, qualidade que exerceu na elaboração e ilustração de materiais de formação sobre os direitos indígenas. Foi nas assinaturas das charges e cartuns que adotou a alcunha ‘J. Rosha’, com a qual assinava também seus textos.

Conforme destaca matéria do jornal A Crítica, “Rosha viveu, como repórter, as grandes greves de trabalhadores metalúrgicos no Distrito Industrial da Zona Franca de Manaus (Polo Industrial de Manaus), fez viradões acompanhando as assembleias dos operários, as marchas, entrevistando, escrevendo e editando matérias em sucessivos boletins”.

Outra característica destacada pelo artigo de A Crítica é que “Rosha não foi celebridade jornalística, afastou-se categoricamente desse adereço e embrenhou-se na alma amazônica confeccionada por embates ferrenhos que só eram transformados em manchete quando feitos tragédias,



No centro da foto, Rosha durante as centenas de atividades que participou e conduziu no Amazonas a respeito da questão indígena

Foto: Arquivo/Cimi Regional Norte I



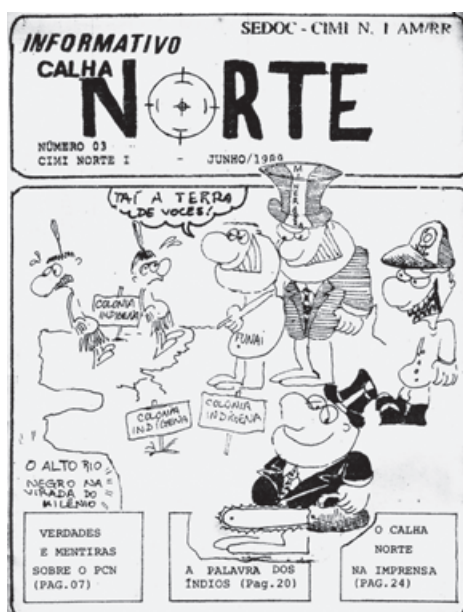
Rosha, na foto, está sentado e é o segundo da esquerda para a direita. O Cimi Regional Norte I tornou-se parte da família de Rosha. Lá ele chegou ainda jovem e viveu intensos 31 anos

genocídios, saqueamentos". Costumemente passava pelo curso de jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) para palestrar e conversar com os estudantes.

Incansável e sempre disposto a ampliar o alcance de uma comunicação popular e autônoma, Rosha colaborou com a formação de comunicadores indígenas e, nos últimos anos, também assumiu o programa de rádio "A Voz dos Povos Indígenas" na Rádio Comunitária A Voz das Comunidades, em Manaus. Também realizou um documentário, entre 2011 e 2012, sobre o descaso com a saúde indígena no Amazonas.

De 1989 até os dias de hoje, Rosha contribuiu constantemente com o jornal Porantim, veículo de muitas de suas matérias. Entre 1989 e este ano, o de sua morte, Rosha colaborou com o jornal de forma constante sendo o jornalista que mais publicou matérias no único periódico sobre a questão indígena no país.

"Depois de tantas andanças e intensa atividade como jornalista e militante, Rosha acumulou alguns problemas de saúde. As dificuldades de visão causadas pela diabetes, doença que o acompanhava há alguns anos, não o impediram de seguir ativo em seu trabalho até os últimos dias de sua vida, aos 56 anos. Quando a diabetes afetou sua visão, passou a ampliar as letras do computador, para escrever, e a utilizar uma lupa para as leituras, aponta a nota do Cimi. Sua derradeira cobertura foi sobre a violência perpetrada



Rosha fazia charges e cartuns. No Informativo Calha Norte, fazia as ilustrações e escrevia

contra indígenas e ribeirinhos no rio Abacaxis. A fez mesmo enfermo e chegou a participar de reuniões já internado. Durante esses meses de pandemia do novo coronavírus, Rosha também denunciou o descaso e o negacionismo do governo federal responsáveis por, especialmente em Manaus, provocar uma onda devastadora de mortes.

Outra cobertura que realizou nos meses que antecederam a sua morte foi a política do governo Bolsonaro para os povos isolados. Rosha fez uma série de matérias denunciando a entrada de missionários evangélicos no Vale do Javari, com a anuência da Fundação Nacional do Índio (Funai), sendo o primeiro repórter a chamar a atenção da sociedade para o que estava ocorrendo em plena pandemia. Os

povos indígenas em situação urbana foram pauta para outras duas matérias que escreveu no decorrer deste ano.

"Rosha deixa um importante legado para o Cimi, para os povos indígenas e para o jornalismo, especialmente o voltado à defesa dos direitos humanos e da causa indígena. É uma perda precoce e irreparável, mas o que fica é o exemplo de um jornalista que dedicou toda sua capacidade, intelecto e energia àquilo que acreditava, prestando um inestimável serviço aos povos, comunidades, trabalhadores e trabalhadoras dos estados da Amazônia", destaca a nota do Cimi.

Nota de pesar do Sindicato dos Jornalistas do Amazonas

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas (SJP-AM) vem a público manifestar PESAR pelo falecimento do jornalista José Honório Garcia Rocha ou simplesmente J.Rosha, como assinava seus cartuns, charges e ilustrações. Ele faleceu na tarde desta terça-feira, 10 de novembro, no hospital 28 de Agosto, onde estava internado.

'Rosha' definia-se por jornalista, indigenista e colunista no movimento trabalhista do Amazonas. Mantinha uma coluna no jornal Correio da Amazônia, onde escrevia crônicas do cotidiano e também sobre as causas defendidas por ele.

Formado em Jornalismo pela Universidade Federal do Amazonas (Ufam), J. Rosha atuou, nos primeiros anos de trabalho, como assessor de imprensa do Sindicato dos Metalúrgicos, onde produziu o jornal interno do sindicato, exercendo com habilidade e maestria o talento dele como cartunista.

O talento com cartuns, charges e ilustrações era uma de suas características mais marcantes, que completava o trabalho como jornalista.

Depois, tornou-se assessor do Conselho Indigenista Missionário (Cimi Norte I), onde editou o jornal Porantim, além de acompanhar a luta dos indígenas pelo direito à terra, trabalho, não se limitando à função de assessor, mas atuando como partidário da causa, trabalho com o qual se mantinha.

Foi também diretor de Política de Gestão Sindical do Sindicato dos Jornalistas do Estado do Amazonas (SJP-AM).

De coração generoso, dedicou sua vida profissional às causas em que acreditava e por elas lutou colocando-se no lugar daqueles pelos quais trabalhava.

Gente boa demais, pessoa do bem, pessoa especial, aqueles que vão fazer falta nesse mundo são alguns dos adjetivos definidos por companheiros de profissão.

O Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas lamenta a perda deste notável profissional e deseja condolências aos amigos e familiares. Combateu o bom combate. Que ele possa descansar em paz!

Manaus - AM, 10 de novembro de 2020

Diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado do Amazonas - SJPAM

Assine o
PORANTIM
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – depósito bancário:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

Banco Bradesco

Agência: 0606 – Conta Corrente: 144.473-5

Envie cópia do depósito por e-mail ou correios

SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul

Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655

SKYPE: Adm Jornal Porantim

www.cimi.org.br

Ass. anual: R\$ 80

Ass. dois anos: R\$ 130

América Latina: US\$ 55

Outros países: US\$ 90

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!

Coquinho de tucumã, saliva e pólvora no país de maricas

Por **José Ribamar Bessa Freire**, no *Taquiprati*

“Abajo la inteligencia, viva la muerte”!
(Millán Astray, general, 1936)

– *Bolsonaro comeu coquinho de caroço de tucumã. Isso explica tudo.*

Essa descoberta sensacional foi anunciada nesta semana pela historiadora amazonense Astrid Lima, nascida no bairro de Aparecida e hoje residente em Roma. Ela ficou estarrecida quando o capitão enalteceu a morte de um voluntário dos testes da vacina Coronovac: “Morte, invalidez, anomalia [...] Mais uma que Jair Bolsonaro ganha”. Depois de faturar com o luto alheio, ele banaliza: “Todos nós vamos morrer um dia”, o Brasil “tem que deixar de ser um país de maricas”. O capitão mostrou as armas ainda ao novo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que defendeu a preservação da Amazônia: “Apenas a diplomacia não dá, né Ernesto, tem que ter pólvora”.

Ernesto Araújo, o obediente ministro das Relações Exteriores, ali presente, concordou com o hino de louvor à guerra e à fatalidade da morte expresso numa logorreia tautológica, usado anteriormente para as vítimas do coronavírus que somam hoje no Brasil mais de 165 mil mortos. Dois ministros médicos demitidos sucessivamente por discordarem do capitão foram substituídos por um general da ativa que faz tudo o que seu mestre mandar e, humilhado, admite publicamente: “Obedece quem tem juízo”. Uma desmoralização para o Exército brasileiro.

Essa obsessão pela morte por quem já declarou – “eu não sou coveiro” – é uma forma de tanatofilia, que precisa ser compreendida, né Ernesto? Surgiram várias explicações para a diarreia mental do presidente, motivo de chacota no mundo inteiro, né Ernesto?

O valentão

– O capitão, doido e alucinado, teve o equilíbrio psíquico afetado após a derrota do seu amo Donald Trump – afirmou o senador Requião.

– Ele ficou demente diante da iminente prisão do filho Flávio Rachadinha – afirmou um comentarista da Globo News.

Já o psicanalista Contardo Calligaris avalia que Jair é um macho primário e tóxico com sérios desvios de personalidade e que, atormentado pela dúvida, vive se perguntando: quem sou eu? É o mesmo valentão que no dia 4 de julho de 1995, no sinal em Vila Isabel, se acovardou frente a dois bandidos que levaram sua moto e a pistola Glock que tinha debaixo da jaqueta? Cadê o valentão, o ferrabrás?

– No Brasil, todo mundo é maricas, exceto quem não é – ironizou nas redes sociais o poeta e designer gráfico André Vallias, parafraseando o antropólogo Viveiros de Castro.

No entanto, nenhuma dessas explicações satisfizeram plenamente a pesquisadora Astrid, que permaneceu intrigada e desconfiou que aquilo que estão chamando de insanidade conjuntural é outra coisa, não é de agora, mas existe desde sempre. Foi aí que ela descobriu a história elucidativa do tucumã.

Como se deu tal descoberta? Foi por acaso, como aquela maçã que caiu na cabeça de Newton, em 1666, permitindo a formulação da lei da gravidade. Astrid pesquisava nos arquivos da Sociedade Geográfica Italiana, em Roma, a vida de Stradelli – o conde italiano que viveu entre os índios, contraiu lepra e foi enterrado em 1926, no cemitério de Paricatuba, às margens do rio Negro, a 30 km de Manaus. De repente, no meio de fotografias amareladas pelo tempo, ela encontrou um manuscrito, que ninguém sabe como foi parar lá. Era um diário que deu as pistas para compreender a conduta de Jair Bolsonaro.

Diário de Montemurro

A historiadora, ao ler aquele calhamaço, estremeceu. Seu autor, de nome Nicolao, era um italiano nascido no município de Montemurro, na Província de Potenza, em Basilicata, Itália. Migrou para o Amazonas e se tornou dono de uma sapataria na

rua da Instalação, em Manaus. O documento traz em letra caprichada um capítulo dedicado ao casal amigo do autor, Percy Geraldo Bolsonaro e Olinda Bonturi, também filhos de imigrantes italianos que viviam em Campinas, a quem Nicolao enviou, em 1962, um cacho de tucumã.

Nicolao escreve aos seus compatriotas que o tucumã, fruta regional comestível, dá numa palmeira. Debaixo da casca, apresenta uma carne alaranjada e oleosa, ligeiramente adocicada, com a qual se faz sanduíche de pão com queijo, conhecida hoje como X-Caboquinho, que era levado diariamente pelo ex-senador Alfredo Nascimento ao então governador. Retirada a polpa, aparece um caroço extremamente duro, com o qual os artesãos indígenas fabricam anéis, brincos, pulseiras. “O caroço não é comestível, sua ingestão traz consequências nefastas – adverte Nicolao.

Foi aí que começou a tragédia. Jairzinho, de 7 anos de idade, filho do casal, não leu o diário porque continha muitas palavras e nenhuma figurinha, hábito que mantém até os dias de hoje. Com um martelo quebrou o caroço e ingeriu o seu conteúdo. Ora, na Amazônia, todo mundo sabe que quem come coquinho de tucumã fica burro e se imbeciliza. Existe até uma expressão para definir quem é curto de ideias e lento no raciocínio: “Coitado, ele comeu coquinho de tucumã”.

Os moradores de Tapauá, onde o buraco é mais embaixo, assim como de toda a região do rio Purus, acreditam que os eflúvios do coquinho sobem pra cabeça e deixam a pessoa apatetada e estúpida, falando besteiras sobre assuntos que não entende. Já em Urucurituba e na microrregião de Itacoatiara afirmam que, além de se idiotizar, o comedor, que não teme a morte, fica insensível à dor alheia.

Viva la muerte!

Foi assim com o general franquista José Millan Astray que em sua infância comeu o “pepinillo del diablo”, um fruto parecido com um pepino pequeno que dá dentro de uma cabaça, cujo efeito é similar ao do coquinho do tucumã. No dia 12 de outubro de 1936, o general invadiu a Universidade de Salamanca no início do ano letivo e proferiu o berro fúnebre que até hoje ecoa pelo mundo. O filósofo don Miguel de Unamuno, ali presente, considerou “abjeto” o pronunciamento do militar e dirigiu a ele seu discurso histórico:

– “Acabo de ouvir o grito de viva a morte, que equivale dizer morra a vida! Vencer não é convencer. General, vocês podem até vencer, porque têm armas de sobra, mas não convencerão, porque convencer significa persuadir. E para persuadir é necessário algo que vos falta nesta luta: inteligência, razão e amor à justiça. Me parece inútil pedir que vocês pensem na Espanha”.

O general espanhol não era demente. Nem o capitão, que defende a tortura. Eles apenas comeram o coquinho de tucumã e o “pepinillo del diablo”, o que mata qualquer broto de inteligência. Simples assim. Muitos eleitores que votaram no capitão também comeram a mesma fruta, ao contrário de outros que não são burros e, diante do discurso anticivilizatório, já estão arrependidos do voto dado ao “estuprador de florestas” nas palavras de Cristine Takuã, professora guarani na Escola Txeru Ba’e Kua-I.

A questão central não é a inevitabilidade da morte reconhecida desde o Paleolítico pelos hominídeos, mas como viver melhor, como prolongar a vida com conforto, projeto civilizatório do qual a ciência faz parte. As vacinas estão neste pacote que só a inteligência alcança e não a pólvora. Por isso, os generais

Santos Cruz e Paulo Chagas, que não comeram o coquinho, já manifestaram seu incômodo.

A historiadora amazonense, que salivava enquanto lia o diário de Montemurro, lembrando os saborosos tucumãs da feirinha de Aparecida, sabe que o capitão não pode mais descomer o coquinho. Não tem jeito. Por isso, ele é assim, obtuso, e no passado foi desligado do Exército. O referido é verdade e dou fé. Taí a Astrid Lima que não me deixa mentir. Ou deixa? ♦

